

FRANCISCO DE AZEREDO
ARQUITECTO

O PAÇO DOS
CONDES-DUQUES
DE BARCELOS

PROJECTO DE RESTAURO

C. M. B.
BIBLIOTECA

16. III. 1955

P O R T O — 1 9 5 4



C.M.B.
Biblioteca

O P A Ç O D O S
C O N D E S - D U Q U E S
D E B A R C E L O S

P R O J E C T O D E R E S T A U R O

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA
EX.^{MA} CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

F R A N C I S C O D E A Z E R E D O
ARQUITECTO PELA ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO

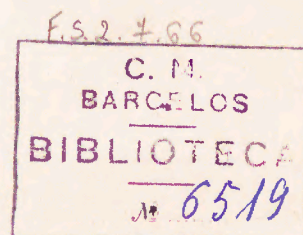
C.M.B.
Biblioteca

O PAÇO DOS CONDES-DUQUES DE BARCELOS

P R O J E C T O D E R E S T A U R O

Duplicado

C. M. B.
BIBLIOTECA
16. III. 1955



*Barcelos
Parr.*

P O R T O — 1 9 5 4

TIPOGRAFIA PORTO MÉDICO, LTD.
PRAÇA DA BATALHA, 12-A — PORTO

PREFÁCIO

A presente publicação tem por objectivo levar ao conhecimento das pessoas que se interessam pelas coisas de arqueologia e história uma série de elementos que consegui reunir ao fazer os meus estudos para o concurso de obtenção do diploma de architecto.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos Arquivos da Fundação da Casa de Bragança, de Vila Viçosa e de Barcelos, na Biblioteca Nacional de Lisboa e em vários arquivos particulares, (destes, saliento o dos herdeiros do Ex.^{mo} Sr. Dr. António Ferraz, de Barcelinhos), procedi a buscas no sentido de conseguir o maior número possível de notícias que me auxiliassem a reconstituir a história do Paço fundado em Barcelos pelo primeiro Duque de Bragança.

Entreguei-me a longas leituras em revistas, monografias e livros de história e pude, desta forma, e juntamente com as informações que pessoas amigas me forneceram, juntar uma série de elementos com os quais consegui fazer o meu projecto de restauro daquele edificio, de que, hoje, apenas se conservam de pé algumas paredes, muito justamente consideradas Monumento Nacional.

Colecionei, também, grande número de gravuras e fotografias antigas que muito me auxiliaram na execução do projecto.

De tudo dou notícia nestas páginas às pessoas que se interessam por este género de estudos.

Constitui, igualmente, objectivo deste trabalho chamar a atenção das entidades officiais para o restauro de um edificio que, enriquecendo o nosso património artistico, satisfaria uma das maiores aspirações da Câmara Municipal de Barcelos que aí poderia instalar a sua Biblioteca-Museu.

Cumpre-me agradecer duma maneira especial ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Henrique Gomes da Silva, digníssimo Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a cujo quadro tenho a honra e gosto de pertencer, toda a colaboração dada para que me fosse possível fazer este trabalho, assim como ao Excelentíssimo Senhor Dr. António Luís Gomes, digníssimo Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança e Director Geral da Fazenda Pública, as facilidades concedidas para proceder a buscas nos Arquivos daquela Fundação em Barcelos e Vila Viçosa.

Resta-me, ainda, agradecer a todas as entidades officiais e pessoas amigas que me facilitaram os trabalhos e deram informações.

F. A.

O Fundador do Paço de Barcelos

O Rei D. João I, quando ainda Mestre de Aviz, teve de Inês Pires, que, segundo as melhores opiniões, era filha de Pedro Esteves Pinheiro e de sua mulher Maria Annes, dois filhos: D. Afonso e D. Brites.

Embora D. António Caetano de Sousa se incline para que o nascimento de D. Afonso tenha ocorrido no ano de 1370, dando pouco crédito a um papel que o dá como nascido a 2 de Agosto de 1377 ⁽¹⁾, afigura-se-me como a mais provável esta segunda hipótese, pois não era fácil que seu Pai, nascido em 11 de Abril de 1357, tivesse um filho aos 13 anos.

O mestre de Aviz mandou criar este seu filho, em Leiria, por Gomes Martins de Lemos, senhor de Oliveira do Conde, por doação do mesmo rei, e do seu Conselho, casado com Mécia Vasques de Gois ⁽²⁾.

Mais tarde, quando já era «Defensor do Reino», para se mostrar indiferente na sucessão da coroa, mandou-o, oculto, para fora do Reino, mas ignora-se para onde.

Quando já Rei e com descendência legítima, trouxe-o de novo para Portugal e teve sempre em grande conta os seus serviços. D. Afonso acompanhou seu Pai nos últimos recontros que este teve com os Castelhanos, e, no segundo Cerco de Tuy, depois de tomada a cidade, foi por ele armado cavaleiro, no dia 26 de Julho de 1398.

No ano de 1405 foi D. Afonso, por ordem de seu Pai, acompanhar a Inglaterra sua irmã, D. Brites, para casar, como de feito casou, em 26 de Novembro desse ano, com Tomás Fitzalan, Conde de Arundel e grande auxiliar da subida ao trono de Inglaterra de Henrique IV, irmão de D. Filipa de Lencastre, «e foi por mar com muita honra», como diz o Livro da Nôa de Santa Cruz de Coimbra ⁽³⁾.

(1) Vide D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra 1948, Vol. V, pág. 4.

(2) Vide AARÃO DE LACERDA, *O Panteom dos Lemos*, Porto, 1948, pág. 16.

(3) Vide CONDE DE SABUGOSA, *Donas de tempos idos*, capítulo «D. Beatriz, Condessa de Arundel e de Huntingdon». 4.^a ed., Lisboa.

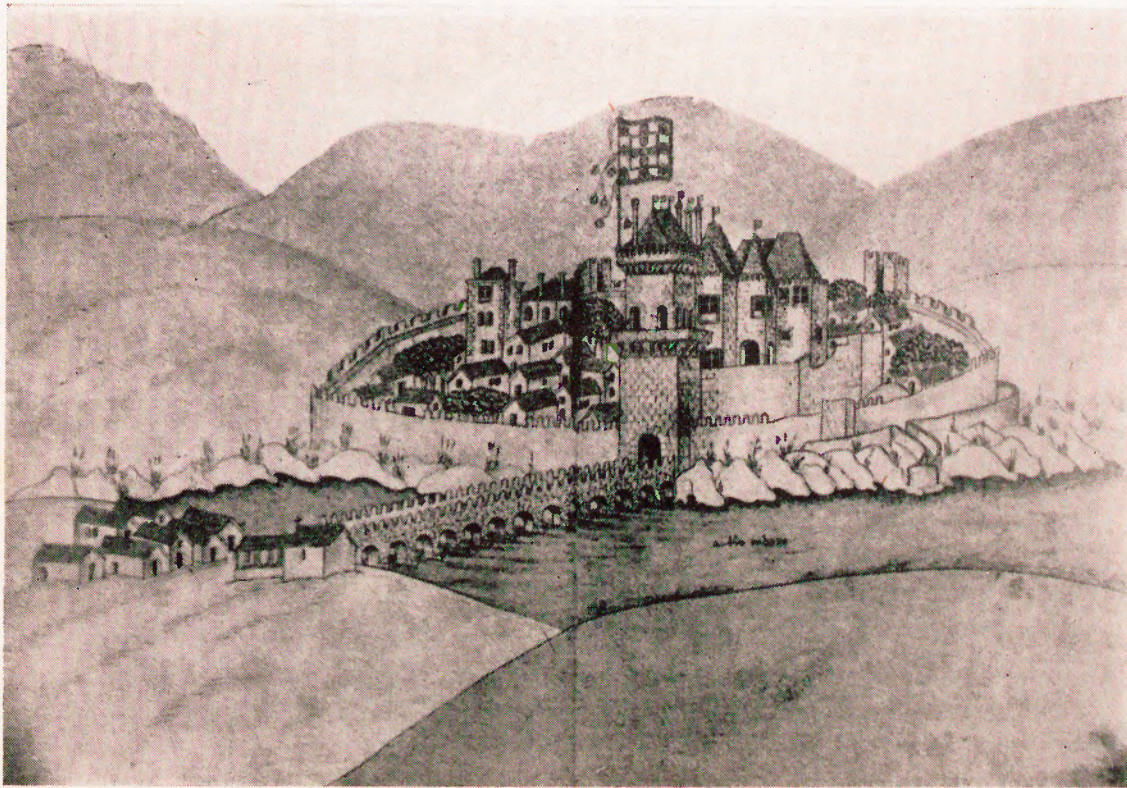


Fig. 1

Querendo D. João I de certo modo recuperar para a coroa as terras e senhorios de que tinha feito mercê ao seu fiel amigo D. Nuno Álvares Pereira, como prémio pela consolidação do trono, propoz-lhe o casamento de sua filha, D. Brites, com o Infante D. Duarte, futuro Rei.

Não concordou o Condestável com este casamento, talvez porque os seus desejos acerca da fortuna que sua filha viria a herdar fossem opostos aos do seu Rei.

Concordou, porém, quando o Rei lhe propoz o casamento daquela com o seu filho bastardo, D. Afonso, de quem D. Nuno conhecia as qualidades, vendo, por isso, nele o continuador ideal da sua grande casa.

O Rei legitimou seu filho, D. Afonso, por carta passada em Lisboa a 20 de Outubro de 1401, na qual já lhe dá o tratamento de Conde, e no dia 1 do mês seguinte fizeram-se em Frielas, na nota do tabelião João Ayres, os contratos de casamento. Por esta escritura D. Nuno dota sua filha com largas terras e entre elas a Vila e Castelo de Chaves e a terra de Barcelos, que duma maneira especial interessam a este trabalho ⁽¹⁾.

No dia 8 do mesmo mês celebrou-se em Lisboa, o casamento com grande aparato e com a presença de toda a corte. Aproveitou o Rei a ocasião para fazer a seu filho larga doação de terras, sendo algumas delas nos arredores de Barcelos.

⁽¹⁾ Vide D. ANTÓNIO CAFTANO DE SOUSA, ob. cit., Vol. V, pág. 6.

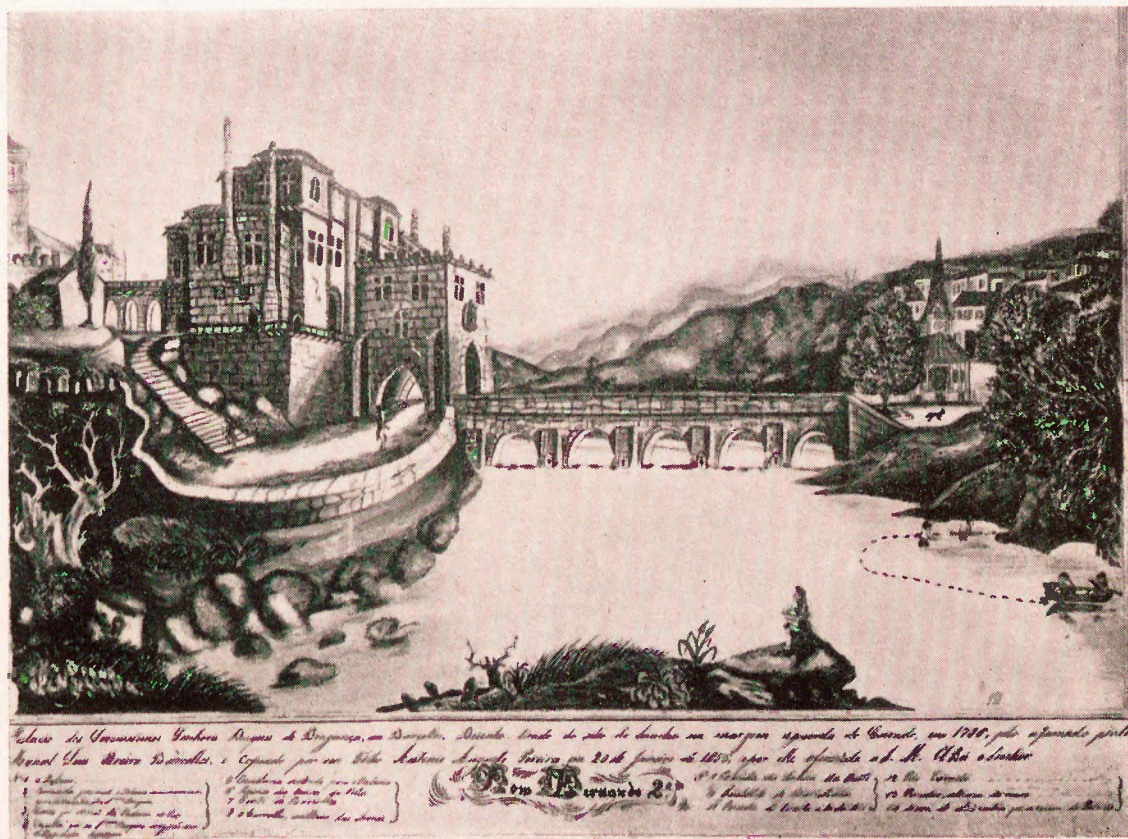


Fig. 2

Formou-se com este casamento a maior casa do Reino e, por isso, foi fácil a D. Afonso empreender as grandes obras a que meteu ombros.

Tendo casa em Chaves, resolveu D. Afonso fazer outra em Barcelos, centro da maior parte dos senhorios que possuía, com sua mulher, na região de Entre Douro e Minho. Devem ter começado as obras pouco depois do casamento, conforme se pode ver adiante, quando trato da história do Paço.

Em 1415 encontrou-se D. Afonso, na companhia de seu Pai e irmãos, na conquista de Ceuta, sendo estes, então, armados cavaleiros, e não o foi D. Afonso por já o ter sido, como já dissemos, quando da tomada de Tuy. Fez-lhe, no entanto, seu Pai, doação do Paço de Aljazira, próximo de Ceuta, por carta de 20 de Setembro desse ano (1).

D. António Caetano de Sousa não indica a data da morte de D. Brites Pereira, Condessa de Barcelos, porém, alguns autores dizem que ela morreu de parto em 1414 na Vila de Chaves, sendo o funeral acompanhado por seu Pai, D. Nuno, até Vila do Conde, onde foi sepultada na Igreja de Santa Clara.

(1) Vide J. MANGILOS SAMPAIO, *A Servidão de Barcelos a Guimarães*, Barcelos, 1943, pág. 16. e Arq. ROGÉRIO DE AZEVEDO, *O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães*, Porto, 1942, pág. 74.

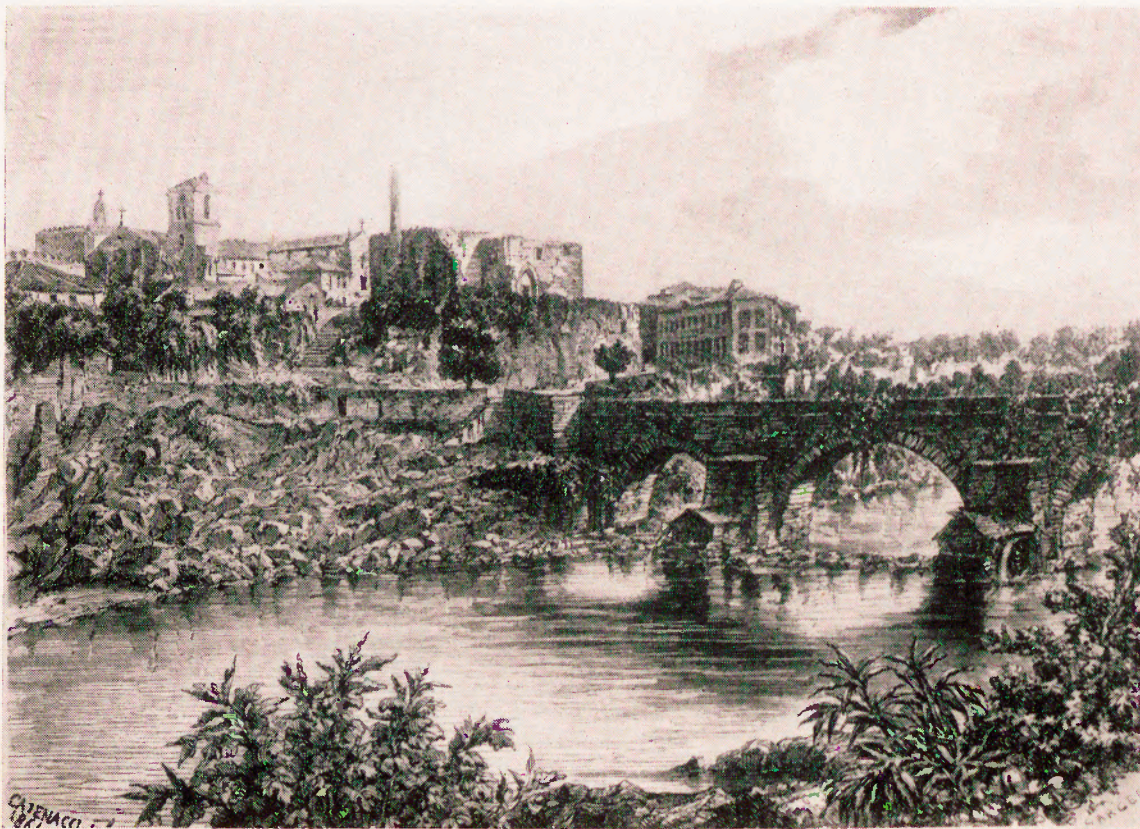


Fig. 3

Deste casamento nasceram os filhos seguintes: D. Afonso, Marquês de Valença, que morreu em vida de seu Pai sem descendência legítima; D. Fernando, 2.º Duque de Bragança e Marquês de Vila Viçosa, que sucedeu na casa; e D. Isabel, casada com seu Tio o Infante D. João.

Estando viúvo o Conde de Barcelos e ainda em idade de casar, resolveu o Rei, seu Pai, dar-lhe novamente estado, casando-o com D. Constança de Noronha, filha do Conde de Gijon e de D. Isabel, e neta, pelo lado materno, de El-Rei D. Fernando.

Depois de se proceder às necessárias dispensas de parentesco, realizou-se o contrato de casamento por escritura lavrada em Sintra a 23 de Julho de 1420, na nota de Joanne Mendes, na qual, entre outras coisas, o Rei dotava a noiva com treze mil dobras, entregando-lhe logo quatro mil e das restantes nove mil dava como caução as terras que o Conde de Barcelos tinha do Rei em Guimarães (1).

Depois deste casamento começa o Conde de Barcelos a construção do Paço de Guimarães, conforme largamente se pode ver no livro, já citado, do Sr. Arq. Rogério de Azevedo.

(1) Vide D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *ob. cit.*, Vol. V, fls. 10.

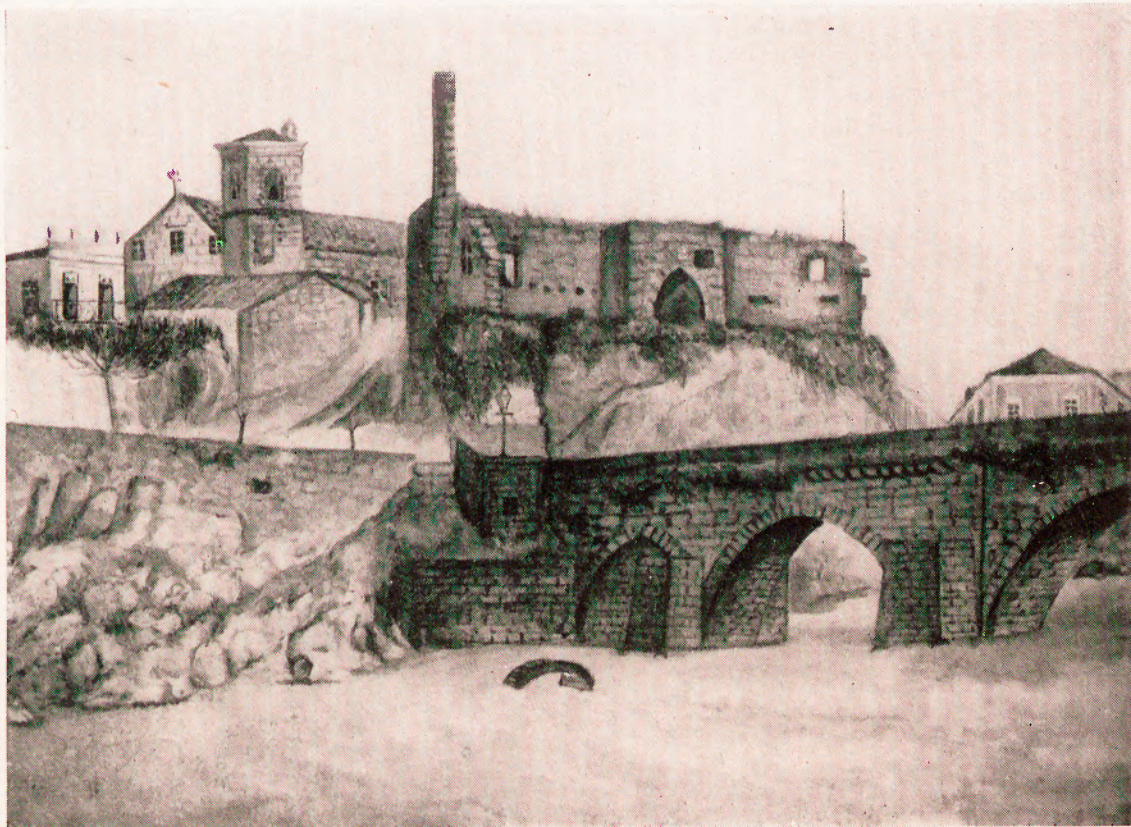


Fig. 4

Em 12 de Maio de 1432 morreu o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, sogro do Conde D. Afonso, tendo feito larga doação de bens a seus netos.

Em 14 de Agosto do ano seguinte morre em Lisboa D. João I, Pai de D. Afonso, e o seu « melhor obreiro », como ele dizia. Sucede a este Rei, como é sabido, seu filho D. Duarte que o continua a cumular de mercês.

Por 1436 pensou o Conde de Barcelos fazer uns Paços no Porto porque « *vijnha aessa Cidade por causas que compriam anosso (do Rei) seruiço e nom tijnha casas em que bem podesse pousar nem que posesse algumas mercádarias que por vezes carregaua, ou cousas que lhe vijnham de fora* ».

Falou ao Rei, seu irmão, o qual escreveu aos procuradores desta cidade, então reunidos nas Cortes de Évora, nesse sentido. Estes, porém, opuseram-se alegando os privilégios de que gosava esta cidade e dizendo:

« *queo Senhor conde des quarenta anos ha que antre nós husa a nunca lhe mynguárom pousadas em ella nem lhe forom rrefertados priujllegios, e que tam pouco lhe falleçeryam daquy endeante. Eque pera suas mercadaryas e guarda das suas cousas tijnha hi tam abastosos criados que seeriam sofiçientes e fiees pera guardar todo othesouro do mundo* ⁽¹⁾ ».

(1) Vide *Corpus Codicum Latinorum et Portucalensium*. Volumen I, Fls. 141.



Fig. 5

Morto o Rei D. Duarte, em 9 de Setembro de 1438, e contando seu filho D. Afonso seis anos, foi a regência entregue à Rainha viúva e depois ao Infante D. Pedro. Talvez porque este puzesse travão às ambições da nobreza, criou nesta classe grandes antipatias, vindo mais tarde a ser sua vítima na Batalha de Alfarrobeira, travada em 20 de Maio de 1449, para o que o Conde de Barcelos parece muito ter contribuído.

Durante o reinado de D. Afonso V foi enorme a influência do Conde de Barcelos a quem o Rei cumulou de mercês e fez Duque de Bragança por carta de 28 de Junho de 1449, chegando a nomeá-lo Regente, por carta datada de Évora de 30 de Agosto de 1458, durante a sua ausência em África.

Morreu o Conde de Barcelos no final do ano de 1461, no Castelo de Chaves, onde passou largos anos da sua vida, sendo sepultado em campa raza, segundo a sua vontade, na Igreja Matriz daquela cidade. Os seus restos foram duas vezes trasladados, sendo a última para o Convento do Alto da Pedisqueira, em Chaves, onde o 4.º Duque de Bragança, D. Jaime, mandou fazer pelos frades daquele convento o magnífico túmulo de granito que hoje se encontra no Panteom de Vila Viçosa.

O Conde de Barcelos, D. Afonso, foi tido em grande conta por seu Pai e pelos reis que lhe sucederam, tendo recebido de todos eles provas da maior estima. A sua voz era ouvida nos Conselhos de Estado para as resoluções mais



Fig. 6

graves, porém, nos últimos anos da sua vida, teve condenável conduta em alguns sucessos que ocorreram.

Além da estadia fora do país, quando seu Pai era «Defensor do Reino», que foi, talvez, a que mais arreigou no seu espírito o gosto pela nova arquitectura, esteve também em Inglaterra a acompanhar sua irmã, como atraz se diz, e parece ter feito outras viagens pela Europa e até pela Palestina.

Foi «dotado de grande talento e excelente entendimento, magnífico não só na sua Casa, mas em tudo o que emprendia de que deixou à posteridade evidentes provas. Foy inclinado às boas letras ocupando-se na lição dos livros ainda na mayor idade. Fez estimação dos Eruditos, e grande apreço das memórias e coisas antigas. Teve livraria, que adornou de varias antiguidades, e muitas trouxe quando andou fóra do Reyno, formando assim huma Casa de cousas raras, a que hoje chamaõ Museo » (1).

*

Vários autores atribuem a D. Afonso a construção de uns Paços em Chaves. Eu, porém, permito-me discordar desta opinião, pois D. João I, quando tomou

(1) Vide D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, obra cit., Tomo V, pág. 47.



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

aquela Vila, em 30 de Abril de 1386, hospedou-se nas casas do Castelo e fez doação deste, assim como da Vila, a D. Nuno Álvares Pereira que procedeu à imediata defesa da Praça e aí deixou por Alcaide Vasco Machado. Ora, nestas casas do Castelo é que D. Afonso e sua primeira mulher, D. Brites, viveram largos anos, vindo ambos a falecer ai.

É natural que D. Afonso tenha feito obras nestas casas do Castelo que conforme se pode ver na planta e vista que apresenta o « Livro das Fortalezas » de Duarte Darmas, são as casas dos Alcaides, onde, como atraz se diz, ficou o Alcaide Vasco Machado, e que depois dos Duques passarem a residir em Vila Viçosa voltaram a ser ocupadas por aqueles.

D. António Caetano de Sousa diz que D. Afonso teve « pomposa casa » em Chaves. Não se refere, porém, este termo às casas do Castelo mas sim à pompa de que o Conde de Barcelos se rodeava, com numerosos escudeiros e fidalgos de sua Casa que lhe formavam uma verdadeira corte. O próprio Conde lhes chamava o seu « albergue » e, ainda hoje, no Tombo das propriedades do Ministério da Guerra, a que estas casas pertencem, formando as casernas do actual quartel, lhes é dado o nome de « Albergue dos Duques de Bragança ». (1)

Fundou, além de muitas igrejas, a Colegiada de Barcelos, pelo ano de 1460, que veio a ser concluída por seu filho e a que deu estatutos em 7 de Outubro de 1464 (2) o Arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, sobrinho neto de El-Rei D. João I.

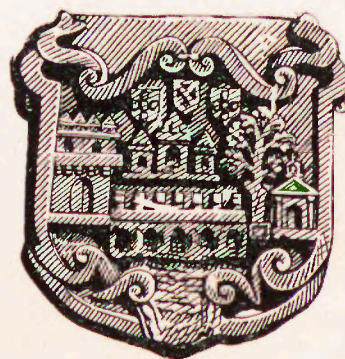


Fig. 10

(1) Vide GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO, *Chaves Antiga*, Lisboa, 1929.

(2) Vide MONSENHOR J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, Famalicão, 1931, Tomo III, pág. 231.

Estudo Histórico do Paço

Sendo Barcelos o centro de grande parte dos domínios que possuía naquela região, resolveu D. Afonso construir aí um Palácio e cercar a vila, até então aberta, de fortes muralhas.

Teve carta de D. João I, seu Pai, que obrigava Entre Douro e Minho a fornecer-lhe talha para as obras de Barcelos. Ignoro a data dessa carta, que devia coincidir aproximadamente com a do começo das obras. A ela se refere um documento do Arquivo da Câmara de Ponte do Lima ⁽¹⁾.

Por carta régia de 10 de Agosto de 1413 são isentos os moradores de Azurara, próximo de Vila do Conde, de servirem nas referidas obras ⁽²⁾. Declara este documento que era na altura vedor das mesmas obras o ouvidor do Conde de Barcelos, Martim Gomes, e igualmente se infere dele que os trabalhos estavam adiantados.

A quando da tomada de Ceuta em 1415 não quis D. Afonso tomar parte no saque que se lhe seguiu, a ponto do Rei, seu Pai, lhe dizer: *todos tomam esbulhos e vos filho non?*, ao que ele respondeu que no fim o faria. Com efeito, terminado o saque *hizo desengazar del Palacio de Zalabenzala mas de seiscientas columnas de alabastro, y marmol de aquellas de que em aquel tiempo se componian las puertas, y las ventanas de los principales edificios. De una quadra se saco entero el arteson por ser de excelentes labores dorados, y vino a servir en otra de su palacio en Barcelos* ⁽³⁾.

Divergem os autores quanto ao número das colunas que também me parece exagerado. Sabe-se, porém, que trouxe de lá uma mesa de jaspe para a ermida de Nossa Senhora da Franqueira que ainda hoje aí se conserva a servir de altar.

(1) Vide *Arqueólogo Portuguez*, vol. XXI, pág. 8, citado por o Snr. Arq. Rogério de Azevedo no seu livro *O Paço dos Duques de Guimarães*.

(2) Vide L.º A, fls. 920, do Gabinete de História da cidade do Porto.

(3) Vide FARIA E SOUSA, *África Portuguesa*, Capítulo 2.º, n.º 16.

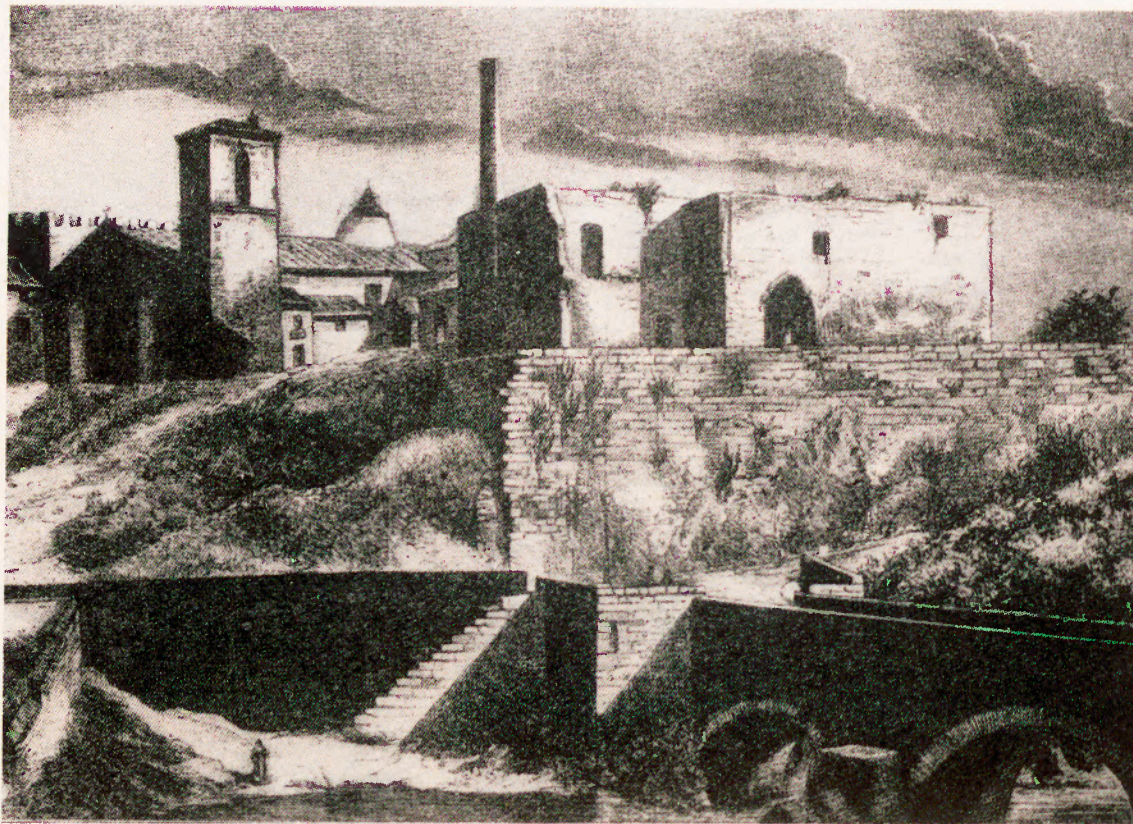


Fig. 11

Em 1423 já os Paços estavam concluídos, pois que no mesmo documento do Arquivo da Câmara de Ponte do Lima, a que acima me refiro, se diz que em 1450, ano em que o Duque de Vila Viçosa, D. Fernando, mais tarde segundo Duque de Bragança, foi a Barcelos já as obras haviam terminado há mais de 25 anos.

Mandou este segundo Duque de Bragança, como se infere do mesmo documento *desfazer hūma das milhores torres e mais principaaes que hi avia para fazer nas ditas suas casas pera que mādou leuar a dita pedra e fez com ela muros q̄ parecem mais fortalezas que paços* (1).

Por aqui se vê que foi o segundo Duque de Bragança quem mandou fazer a Torre do Paço e os muros que o circundavam, ainda em vida de seu Pai, D. Afonso. No mesmo documento os moradores de Ponte do Lima diziam ao Rei que os Paços de Barcelos eram tão bons que *vossa mercê e a Sr.ª R.ª* puderam pousar e o duque e sua mulher *seerê bem aposentados*.

Por escritura de 6 de Fevereiro de 1427 feita no Paço do Conde D. Afonso, em Barcelos, este fez emprazamento da bouça do Calhabouço a Estevão Annes e sua mulher Grácia Martins (2).

(1) Vide *Arqueólogo Portugues*, loc. cit.

(2) Vide *Historia de Barcelos*, Manuscrito do Snr. Dr. ANTÓNIO FEZZAZ, 3.º volume, pág. 25.



[1885-1888]

Fig. 12

Com a morte do 3.º Duque de Bragança, D. Fernando, degolado em Évora em 28 de Agosto de 1484, por ordem de D. João II, foram confiscados todos os senhorios desta grande casa, ficando, portanto, vagos para a coroa.

Por carta de 18 de Março de 1488 foi nomeado Alcaide-Mór e Capitão-Fronteiro de Barcelos Francisco de Mendanha ao qual, por carta de 2 de Setembro de 1491, de D. João II, foi dado o Paço para sua residência, pelos serviços de seu Pai, Pedro de Mendanha, a El-Rei D. Afonso V, depois da Batalha de Toro,⁽¹⁾.

Morto D. João II, o Rei D. Manuel chamou a Portugal os herdeiros da Casa de Bragança, exilados em Espanha desde a morte de seu Pai e restituiu a D. Jaime, 4.º Duque, todas as terras, honras e regalias que os Reis seus antepassados haviam dado aos Duques de Bragança, com excepção de Guimarães que este Rei já tinha dado a seu filho, com o respectivo título, o Infante D. Duarte. D. Jaime requereu do mesmo Rei lhe fossem restituídas também as terras que a Casa de Bragança herdara de D. Nuno Álvares Pereira, entre as quais está incluída Barcelos.

Deferiu o Rei D. Manuel este requerimento por carta feita em Setúbal a 18 de Junho de 1496, por André Fernandes. (*Torre do Tombo, Liv.º 2.º de Místicos, a fls. 228*) ⁽²⁾.

(1) Vide *Mendanhas do Campo de Coimbra, Montemor-o-Velho, 1942, pág. 16*, e *Francisco de Mendanha e a sua descendência, Évora, 1948, pág. 8*, por Dr. José de Lima; e *A Servidão de Barcelos a Guimarães, Barcelos, 1943, pág. 65*, do Major J. Mancelos Sampaio.

(2) Vide GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO, obra cit., pág. 47.



Fig. 13

Dois filhos deste 4.º Duque, D. Fulgêncio e D. Teotónio, foram respectivamente: Chantre e Tesoureiro-Mór da Insigne Colegiada de Barcelos.

De 1543 a 1561 foi 7.º D. Prior da mesma Colegiada D. Pedro de Lencastre, filho do Conde de Lemos e cunhado do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I. Provavelmente todos estes estiveram instalados no Paço de Barcelos durante o tempo que exerceram estes cargos.

Por Provisão de El-Rei Filipe II, de 13 de Abril de 1601, em que trata o Duque de Bragança de muito amado primo, é feito Tombo dos bens da Casa de Bragança. A medição, no que se refere aos Paços de Barcelos, foi feita em 15 de Setembro de 1609 e a seguir se transcreve por ser de grande interesse.

«tem o Duque nosso Sñr. hūs Paços Dentro na Villa de Barcellos que estão sobre a ponte do Rio Cabado que he serventia da Ditta Villa e tem seis casas torres de q̄ hũa dellas que he a que cabe sobre a ponte não tem sobrado nem tecto e he a mais Alta de todas, e pella Banda de fora tem hũa Varanda estreita de Pedra ao Redor della quasi pello meo e as tres Casas torres que se seguem tras esta tem seus tectos telhados de telhoes grandes sem nenhũ sobrado, e as duas Casas mais que estão Pera Abanda do norte e nascente, não telhados nem sobrados e a está Pera a banda da Rua do Priol serve de quintal e outras que se não acabarão q̄ estão P.a ABanda do norte servem de quintal e partem do norte com a igreja Collegiada e do sul, cõ a

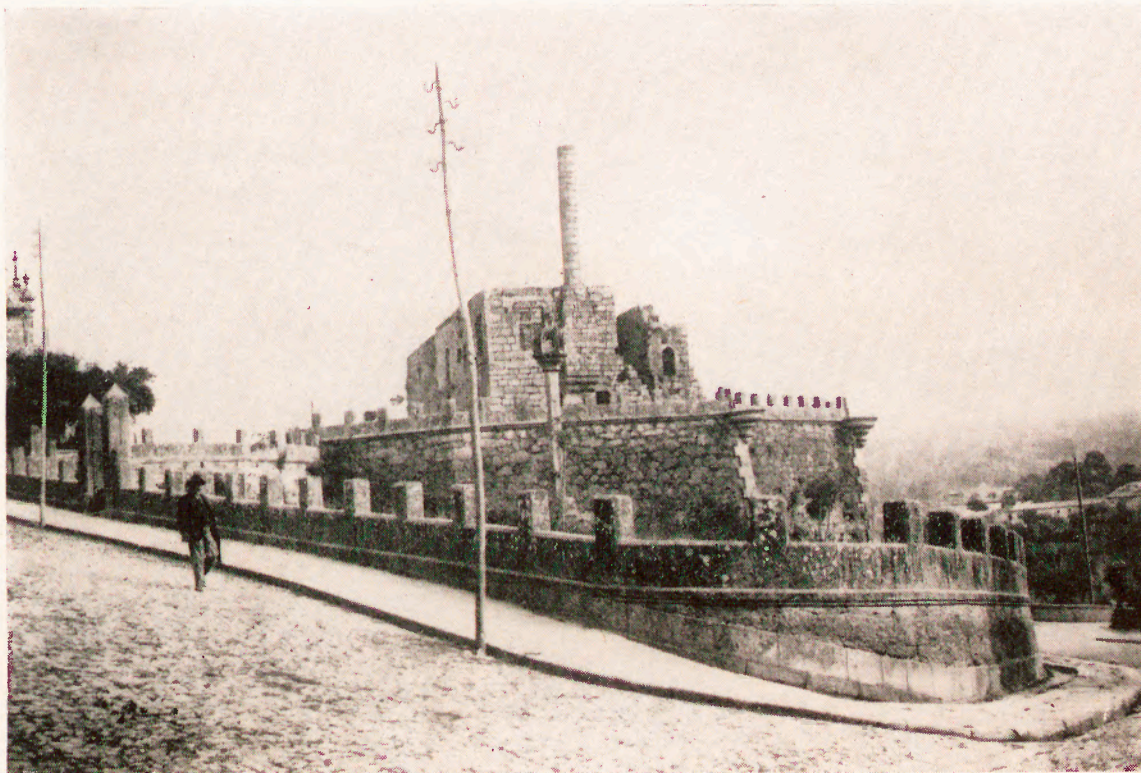


Fig. 14

ditta Ponte e do nassente com o Recio e Rua Chamada do Priol e do poente Com as Casas terreas Reguengas de B.ar Machado t.am, por serventia da escada de pedra em meo que vai da Igreja Pera a ponte e postigo da Dita Villa esta obra he De Pedra lavrada de scoadria grande e fermosa» (1).

Em 4 de Janeiro de 1631, em sessão da Câmara de Barcelos, esta resolve mandar prender no Castelo da Vila, isto é, no Paço, a Diogo de Mendanha por este não querer tomar posse do cargo de Almotacé, para que fora eleito (2).

Informa-nos o Abade de Louro na sua «Memória Histórica da Vila de Barcelos etc.», que por ordem de El-Rei D. João IV, de 30 de Junho de 1654, foi colocada na Torre do Paço, por cima da porta voltada à ponte, uma lápide alusiva à consagração do Reino à Imaculada Conceição de Maria.

Por provisão de 14 de Junho de 1704, D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra e Regente de Portugal, na ausência de seu irmão o Rei D. Pedro II e «como administradora da pessoa e bens do Príncipe D. João», a pedido dos Cón-

(1) Tombo 5 do Julgado de Neiva, fls. 4 v., Arquivo da Casa de Bragança, no Palácio de Vila Viçosa.

(2) Vide obra citada do Dr. António Ferraz, Vol. II, pág. 142. As referências que no decorrer deste estudo faço às actas da Câmara de Barcelos são tiradas desta obra por não me ter sido possível ver os Livros de Actas da Câmara.



Fig. 15

gos da Colegiada de Barcelos, dignou-se «fazer mercê de hua pouca de pedra de hua casa que esta junta a mesma Igr.^a continuada com a dos Passos daquela Villa p.^a hedificarem a torre dos sinos da dita Igr.^a q. ameassava ruina, e por ser informada q. concedendo-lhe esta pedra q. a obra referida não demenubia a fermosura dos ditos Passos» (1).

Talvez por se não ter dado execução à referida obra, em 9 de Agosto de 1718, o D. Prior, dignidades e Cónegos da Colegiada, a instâncias da Câmara e dos administradores da fábrica da Colegiada, fizeram uma exposição a El-Rei D. João V a respeito da referida pedra. Neste documento dizem que «foi servido o Snr. Rei D. Pedro pai de V.^a Magestade mandar reedificar a m.^{ma} igreja colegiada pela ruína q. ameaçava tanto nas paredes como nos madeiramentos», e que «continuando a sereníssima Rainha da Gran Bretanha o Governo deste Reino no tempo que o dito Senhor foi servido cometer-lho mandou por provisão sua dar a pedra e huns peredões arruinados dos Passos dos Sereníssimos Duques de Bragança, que tem naquella Villa p.^a se fazer a tórre dos sinos» (2).

Por provisão de 12 de Agosto de 1718, mandou o referido Rei D. João V proceder à inquirição, que teve efeito no dia 7 de Outubro do mesmo ano (3).

(1) Torre do Tombo, Arquivo da Colegiada de Barcelos — Masso 5 — Cad. 189.

(2) Id., ibid.

(3) Id., ibid.

Em 20 de Fevereiro de 1706 faz-se nova medição dos terrenos onde assenta o Paço, que igualmente transcrevo.

« Tem o Duque nosso Senhor nesta Villa de Barcelos huns Paços dentro della q. estão sobre a ponte no fim della por onde paça o Rio Cavado, que medidos de nacente ao poente tem quarenta e sete varas partindo pelo Sul com a Rua por donde se entra da dita ponte para esta villa e pello nacente tem de largo quinze varas entestando na dita Rua e penedos juntos dos ditos paços e pello norte tem de comprido trinta e nove varas partindo com o Adro, e Igreja Matriz da Collegiada desta mesma villa e pelo poente tem de largo trinta e cinco varas athe topar no muro, entestando na serventia que desse da dita Igreja pera a mesma ponte ; E constão os ditos Paços de seis cazas e algũa terra junto dellas a modo de quintal pera a parte do Sul, e todas as ditas cazas estão descobertas sem telhados nem Sobrados, e hua das ditas cazas he a mais alta de todas ellas e cabe sobre a dita ponte, com sua varanda estreita à roda da dita caza, e todas ellas são de pedra de esquadria e tem suas portas e janelas e chiminés, E alguas ameyas por cimo das paredes » (1).

Embora todos os autores que falam do Paço de Barcelos digam que a sua ruína começou em 1755 com o terramoto que derrubou a tórre e grande parte do Paço, isto é falso, porque nas « Memórias Paroquiais de 1758 » que estão arquivadas na Torre do Tombo e que, no que diz respeito a Barcelos, foram inquiridas pelo Rev.º Pedro Ribeiro de Gouvea, pároco coadjutor na Insigne Colegiada, este respondendo à pergunta referente aos estragos pelo terramoto, responde dizendo que « no sempre memorado e fatal dia de Todos os Santos de 1755 cabirão com o tremor da terra alguas ameas da muralha para a parte do Norte, e o mesmo succedeo na torre da Cadeya aonde cabirão alguas ameas, das que coroão esta torre, para a parte de dentro ; e no Templo do Bom Jesus, cabirão duas coroas das piramides ; e só as da muralha se não repararão té agora, e nenhuma destas ruinas fez prejuizo ».

Daqui se conclui que praticamente não houve estragos nos Paços.

Em 1785 ainda a Torre estava de pé. « Um viajante no Minho em 1785 » ao entrar em Barcelos diz : « a ponte é grande, ao cabo da qual está um antigo e grande torreão por baixo do qual é necessário passar para entrar na Vila que immediatamente principia. Este torreão é parte do palácio dos antigos condes de Barcelos, que só conserva as paredes e alguns obliscos e pirâmides sobre as mesmas » (2).

Estas mesmas « Memórias Paroquiais » dão-nos entre muitas outras informações algumas que dizem respeito ao Paço e muralha da Vila.

« Está situada esta Villa para a parte do Meio dia, sobre grandes rochedos que se levantão da margem do Rio Cavado, por modo de ladeira até à altura de sessenta palmos, e em outras partes mais, os quais servem de fundamento à muralha da mesma

(1) Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, em Barcelos, Tombo 15, fls. 900 v.

(2) Vide CAMILO CASTELO BRANCO, *Mosaico e Silva de Curiosidades Históricas, Literárias e Bibliográficas*, Ed. Lelo e Irmão, pág. 225.



Fig. 16

Villa e ao grande Palacio dos Duques da Serenissima Casa de Bragança, o qual tem hua soberba e m.to levantada torre com que esta unida a formosa ponte, que dá entrada pela porta principal da dita torre, e no interior dela por duas mais para a mesma Villa, sendo esta pelas mais partes situada em Campina, que se levanta algum tanto para o Norte»...

«He esta Villa cercada com hua boa e alta muralha de alvenaria, cercada a toda a volta com ameas quadradas da m.ma fabrica, com seterias no meyo de cada hua; obra muito forte pela qualidade da argamassa. A volta da muralha tem tres torres m.to altas de quantaria sendo a maior e a mais levantada a do Palacio dos Duques da S.ma C. de B., que esta unida com a ponte. Tem esta torre os fundamentos bem perto da margem do Rio, sobre rochedos muito fortes e subindo até igualar com a ponte e terraplano da Villa, tem tres portas, como já dissemos; e daqui se levanta em tanta altura que excede de sento e cincoenta palmos com duas varandas de pedra e na ultima tem janelas de todas as partes. No interior desta torre que de Norte a Sul tem setenta e cinco palmos e de Nascente a Poente trinta e tres esta hum tanque com hum Milagrosa Imagem de S.ta Monica esculpida em pedra; as suas portas tem de largo quatorse palmos e treze de grosso nas paredes. No cerquito dos muros desta Villa hão sete portas, e hũ postigo. A primeira fica debaixo deste Palacio, e na sua fronteira; a segunda chamada do Pecegal, que fica sobre o Rio no alto dos rochedos entre dous fortins que faz a muralha. Mais acima tem a porta chamada da Ferraria, que fica para Oriente.

Seguia-se antigamente mais acima a porta de outra torre que tinha outra porta no seu interior; mas depois como se fez da torre Cadeya da Villa se abriu a pouca distancia para o Norte a que hoje chamam porta nova. Voltando daqui para poente está a porta da Ferraria; e a que acima tambem chamamos da Ferraria se chama a porta da rua de Velhas, que por equivocação se disse ser da Ferraria. Mais abaixo esta a porta chamada do Valle que fica debaixo da torre assim chamada, e que no interior olhando para o mcio dia tem outra por onde se caminha para a Villa pela Rua da Esperança; sobre a qual esta hũ nicho que recolhe hũa Milagrosa Imagem de hũ Santo Crucefixo. Segue-se ultimamente a porta da fonte de baixo olhando para o Ocidente; e junto da torre do Palacio da parte do Ocidente tem hũ postigo chamado dos pelames. No interior de Villa tem outra torre toda a quantaria, que tambem foi da fundação da Villa; e hoje serve de Casa da Camara sobre a qual esta o relógio. Junto desta torre esta o Paço do Concelho, aonde os Ministros fazem as audiencias, toda coroada de ameas e sustentado sobre quatro grandes arcos para o lado da Igreja Matriz, e hũ para a Rua da Misericordia».

Paro aqui com a transcrição deste documento por o seu seguimento não ter interesse especial para este trabalho.

O desmoronamento da Torre de Menagem e de grande parte do Paço teve lugar pelas 6 horas da madrugada do dia 24 de Janeiro de 1800. Na sessão Camarária do dia imediato foram largamente discutidas as providências a tomar « e pelo presidente foi dito q. fizera um officio ao Cap. de Eng.^{ria} Custódio José Gomes de

Vilas-Boas para vir a esta Vila para melhor acerto do que se deve fazer a respeito da ruína do Paço da torre da ponte e da mesma ponte para mandar vir um barco para a passagem provisória».

Apressou-se o referido Capitão de Engenharia a comparecer em Barcelos, pois na sessão da Câmara do dia imediato, 26 de Janeiro de 1800, já este, perante a vereação e o provedor do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança, combinou as providências a tomar, que consistiam em desobstruir a ponte das pedras que nela tinham caído e com grandes catapultas deitar a baixo o resto da torre que ficara de pé e dois panos de parede do Paço que também ameaçavam ruína, e deu por causa do desmoronamento as grandes chuvas que tinham caído desde o fim do ano, que, a pouco e pouco, foram penetrando nas argamassas de barro fazendo com que estas aumentassem de volume e provocassem, assim, o desmoronamento.

Este capitão-engenheiro era o encarregado da navegação no Cávado e residia em Esposende, onde então se encontrava. Veio mais tarde, talvez, a sofrer as consequências desta demolição pois por altura das invasões francesas foi acusado de Jacobino e veio a ser preso, em Viana do Castelo, como se vê nas actas da Câmara de Barcelos de 25 de Junho e 5 de Julho de 1808 (1).

Em sessão da Câmara de 13 de Agosto do mesmo ano deliberou esta fazer uma consulta ao Príncipe Regente sobre se se poderia apear mais uma parede do Paço, da fachada Sul, que igualmente ameaçava ruir.

Embora por 1820 já se pensasse em restaurar o Paço, em sessão camarária de 14 de Novembro de 1829 é apresentado por um dos procuradores, Domingos Martins Ribeiro de Sousa Costa, um requerimento para que seja exigida à viuva de José Simões Gomes, o qual tinha exercido as funções de procurador de 1820 a 1822, uma indemnização pela demolição de paredes do Paço, cuja pedra ele vendeu. Diz, nesse requerimento, que o número de carros de pedra que por essa altura saiu do Paço ascende a 10.000. Diz, também, que este, na qualidade de procurador da Câmara, « tinha feito demolir grande parte do muro voltado à Colegiada e todo o muro que volta pelo nascente que confronta com a rua que passa defronte da casa de M. el José da Costa Felgueiras Gaio até à torre que fica à ponta do lado Sul de cuja torre fez apear grande parte bem como as varandas e chaminés pelo lado poente » (2).

Foi também em sessão de 14 de Novembro de 1829 resolvido dar execução à ordem Régia de 1820 que consentia na demolição do corpo voltado à Colegiada (3).

Aí por 1838, esteve instalado um pequeno teatro nas ruínas do Paço, que ocupava o corpo que corre de Leste a Oeste e que frotea para Norte, e era « de



Fig. 17

[1885]

(1) Vide obra citada do Dr. A. FERRAZ, Vol. II.

(2) Id., Ibid.

(3) Id., Ibid.



Fig. 18

construção muito ligeira mas bonito no interior e de modo a satisfazer as exigências da terra » (1). Este teatro ardeu, aumentando, por isso, ainda mais, o aspecto desolador do Paço.

Por 1870 o morador dum prédio junto à Matriz, porque o cunhal Sul-Poente das ruínas do Paço o estorva de ver de sua casa uma quinta que possuía para os lados de Barcelinhos, mandou-o apear. Esse cunhal só muito mais tarde foi novamente erguido. Chegou a tal ponto o desprezo pelo Paço que por essa mesma data a Câmara de Barcelos chegou a fazer um requerimento, que entregou ao Deputado, Joaquim António Pais de Vilas-Boas, para que este o fizesse chegar às mãos do Rei, no qual se pedia autorização para demolir o que restava do Paço, para aí ser feito um jardim público. Felizmente este Deputado guardou o tal requerimento que hoje se conserva em poder do neto, o sr. Dr. Joaquim Pais de Vilas-Boas.

Por escritura de 30 de Junho de 1874, S. M. o Senhor D. Carlos, cedeu o que restava do Paço à Câmara de Barcelos para que esta, restaurando-o, lhe desse utilidade (2).

Sô nesta altura se pôs cobro às demolições e se começou a pensar, a sério, em possíveis restauros.

(1) *A Lágrima*, de 3 de Março de 1901.

(2) Cadastro Geral do Almoxarifado de Barcelos. fls. 108 v.o, no Arquivo da Casa de Bragança em Barcelos.

Projectos de Restauro

Em 1802 é encarregado o Corregedor desta comarca de informar o Rei se convinha ou não a reedificação da Torre e Paço dos Condes e quais as obras a fazer para esse fim.

A Câmara, reunida em 3 de Março desse ano, conveio em que fossem apeados os restos da Torre, se o Rei autorizasse, e que quanto às obras a executar nada podia dizer por ser necessário primeiro um projecto.

Mais tarde, em 7 de Maio de 1825, resolve, em virtude da aprovação régia, apear o que resta da Torre e fazer um paredão que, «começando junto do arco do muro da torre terminasse em frente da casa do Sr. José de Magalhães e Meneses», e estudar as obras de conservação do Paço.

Foi por esta altura que se reedificou a parede Sul do corpo voltado a Nascente e se cobriu este, para aí se instalar o teatro a que já me referi.

Só em 1876 se pensa, a sério, no restauro do Paço e a Câmara resolve em sessão de 8 de Dezembro desse ano encarregar da execução do respectivo projecto o Architecto da Câmara do Porto, Gallo Júnior.

Ignoro se este projecto chegou a ser feito.

Dez anos depois, em sessão de 4 de Junho de 1886, delibera encarregar de novo projecto António Augusto Vieira.

«O Comércio de Barcelos» de 1 de Junho de 1890 diz que o Governo concedeu, a pedido da Câmara, um subsídio de 3 contos para o começo da reforma do «Paço dos Duques de Bragança, vulgarmente conhecido pelo nome de Torres»,

Em 28 de Novembro do mesmo ano o referido jornal diz que foi encarregado o Capitão de Engenharia, Alberto Monteiro, de fazer novo projecto, e é ainda

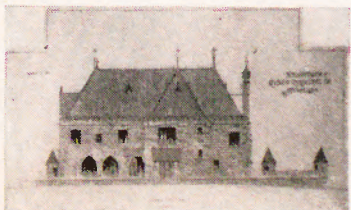


Fig. 19

o mesmo jornal que nos informa que as obras começaram em 23 de Fevereiro de 1891 e que «a ser executado o projecto do Snr. Capitão de Engenharia Alberto Monteiro, aquele montão de ruínas ficará sendo uma das partes mais bonitas da villa».

O Snr. Dr. António Ferraz, de cujos apontamentos me estou a servir para fazer este capítulo, diz que lhe parece só terem sido feitos deste projecto os muros que envolvem as ruínas.

Desconhece-se, também, o paradeiro deste projecto.

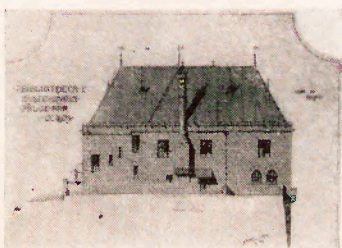


Fig. 20

Em 9 de Fevereiro de 1903 o Dr. Vieira Ramos e o Dr. Carlos Machado Paes, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Câmara de Barcelos, foram apresentar ao Presidente do Conselho, Dr. Hintze Ribeiro o projecto de restauro e adaptação do Paço a Biblioteca e Museu, da autoria do Architecto Ernesto Korrodi.

Foram, também, recebidos por Suas Magestades o Senhor D. Carlos e a Senhora D. Amélia que muito apreciaram o projecto.

O Ministrô das Obras Públicas, Conde de Paçô Vieira, deu a quantia de 500.000 reis para o começo das obras. Para pouco deu essa verba e os trabalhos foram suspensos.

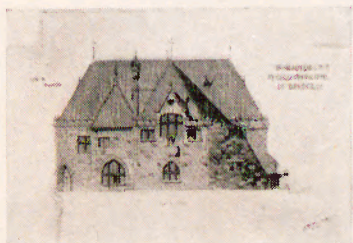


Fig. 21

Este projecto, admiravelmente desenhado, felizmente não chegou a ser executado no que se refere ao Paço, pois alterava profundamente a sua traça primitiva, transformando arcos e portas em janelas, abrindo rasgos onde nunca existiram, unindo telhados, etc. etc.

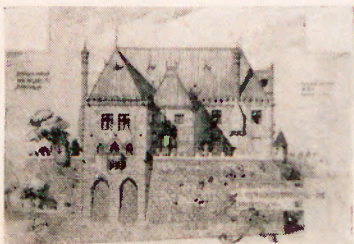


Fig. 22

Algumas Considerações sobre a Habitação na Época Gótica

Nos últimos séculos da Idade Média surge na Europa um novo estilo, o gótico, como resultante do progressivo desenvolvimento do românico por uma melhor técnica.

Esta técnica, baseada num melhor conhecimento dos materiais, permite a construção com maior solidez e elegância e uma maior intimidade entre a forma e a finalidade, o que, debaixo de certos aspectos, não foi ultrapassado pelos estilos que se lhe seguiram.

Na Idade Média os grandes senhores viviam nos seus Castelos que tinham sempre um carácter muito mais bélico do que residencial. A casa para a maior parte da gente era um abrigo para a noite, e, duma maneira geral, era pequena e sombria.

Só no Século XIV a casa dos grandes senhores começa a perder o aspecto de fortaleza e se transforma em casa de campo fortificada, isto é, o objectivo principal da casa passa a ser a comodidade e o aspecto bélico é apenas um acessório. Isto acontece principalmente na Itália, Sul da França e Reino de Aragão.

Por sua vez os pequenos burgos começam a desenvolver-se, devido a uma maior facilidade de transacções comerciais e forma-se uma classe média, cujas habitações, duma maneira geral, são compostas de rés do chão, em pedra, e um ou dois andares salientes em madeira.

Sendo o objectivo deste trabalho o restauro da Casa dum grande senhor, é deste tipo de casas que vou ocupar-me mais minuciosamente.

A estas casas, dá-se geralmente o nome de Paço ou Palácio por nelas existir um «Palácio» que é uma sala que «es común y pública y en ella no hay cama ni otra cosa que embarace» (1) que era o salão nobre e servia para actos públicos e audiências.

(1) Vide *Vida Española En La Época Gótica* por J. RUBÍO y BALAGUER, Barcelona 1943.

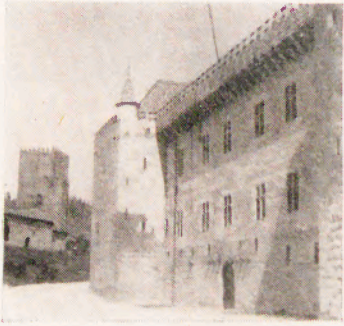


Fig. 25

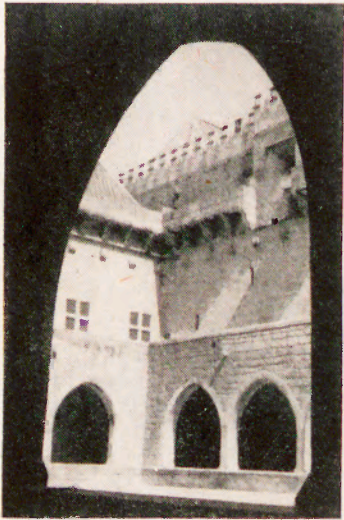


Fig. 24



Fig. 25



Fig. 26

Podemos dividir estas casas em dois grupos : planta rectangular e planta irregular.

As do 1.º grupo tinham um pátio central, que «contenia la escalera noble... que conducia al piso principal» e «alredor del patio, con galería en uno o más lados, se distribuyem las habitaciones con salidas a la galería, quando existia, como suele ser norma en el Levante de España». (1)

As do 2.º grupo, regra geral, eram de menores proporções e não tinham nenhum pátio. É ainda o mesmo autor, que nos diz que «al piso se subía por una escalera interior». (2) A este grupo pertence o Paço dos Duques em Barcelos.

Estes Palácios senhoriais representam um enorme avanço no capítulo de comodidades em relação aos antigos Castelos. As suas fachadas são rasgadas com amplas janelas, normalmente amaineladas e com vitrais, por onde já entra a luz com relativa abundância. Os seus tetos são forrados de madeira e por baixo das telhas tinham um segundo forro, o que evita a entrada de frio, além disso, quase todos os aposentos tinham fogões, com altas chaminés, por forma a que estes tivessem uma tiragem perfeita. As suas paredes raramente eram rebocadas, no entanto, eram cobertas, de inverno, com tapeçarias, couros lavrados e esteiras de esparto. Eram frequentes os pavimentos em mosaico, principalmente em aposentos do primeiro piso. Os tetos, em madeira, pintada ou encerada, eram, em geral, os pavimentos dos andares superiores.

O seu mobiliário, tanto quanto nos é possível estudá-lo através da pintura, em que muitas vezes aparece como fundo da composição, era bastante desconexo e pouco abundante. Além das camas de docel com resposteiros laterais, para que no mesmo aposento dormissem várias pessoas, compunha-se de: mesas, escabelos, bancos com docel e costas de madeira, etc.

A sua iluminação era feita com velários de ferro, brandões e candeias de azeite.

Pelo que acima se vê, as comodidades, mesmo nestes Paços senhoriais, ainda não eram muitas, mas também não faziam grande falta porque a vida se fazia quase toda ao ar livre. Ai se realizavam quase todos os actos públicos: julgamentos, transacções comerciais, etc., etc.

Os grandes senhores passavam o dia todo fora dos seus Paços, em cavalgadas, caçadas, jogos, justas e em guerras.

As damas, que também colaboravam em certos jogos, e assistiam às justas e torneios, começam a dedicar-se aos seus jardins, ou vergéis, como então se dizia, onde, à sombra das fruteiras, tratam das suas flores.

(1) Vide obra citada, pág. 88.

(2) Vide obra citada, pág. 93.

Pode o Paço dos Duques de Barcelos ser restaurado?

Há, no que diz respeito a monumentos em ruína, duas opiniões: — 1.^a, a de que se devem manter no estado em que se encontram, consolidando-os, apenas, naquelas partes em que ameaçam continuar a ruína; — 2.^a, a de que se devem restaurar, servindo-se de todos os elementos pelos quais seja possível avaliar da sua traça primitiva.

No 1.^o caso alegam-se razões de ordem sentimental, e temos como exemplo o que se passou recentemente na Inglaterra com a Catedral de Coventry, arrasada na última guerra mundial.

Existiam desenhos e fotografias por onde era possível restaurá-la completamente, no entanto, essa solução parecia aos tradicionalíssimos ingleses uma mistificação. Resolveram, portanto, limpar as ruínas de todo o entulho e consolidar o que ficara de pé, construindo ao lado a nova Catedral em linhas modernas, por forma a que a entrada para as ruínas desse ao mesmo tempo acesso à nova Catedral, do que resulta um contraste de rara beleza e extraordinário interesse artístico.

No 2.^o caso alegam-se razões de ordem artística, utilitária e turística.

Estão neste caso a maior parte dos monumentos restaurados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e é, igualmente, o critério seguido em países onde o Turismo é objecto de cuidados especiais.

Ao pensar em apresentar como trabalho, para o Concurso de Obtenção de Diploma de Architecto, o restauro do Paço dos Duques de Barcelos, surgiu logo no meu espírito esta pergunta: — Pode ou não restaurar-se?

Qualquer dos casos acima propostos é de considerar, o que é preciso é que presidam o bom senso e o gosto artístico no caminho a seguir.

Depois de minuciosamente estudadas as ruínas e o panorama que as circunda, e de colhido o maior número de elementos por onde era possível avaliar da sua traça primitiva, essa pergunta só se me afigurou com uma resposta: — Pode e deve ser restaurado.

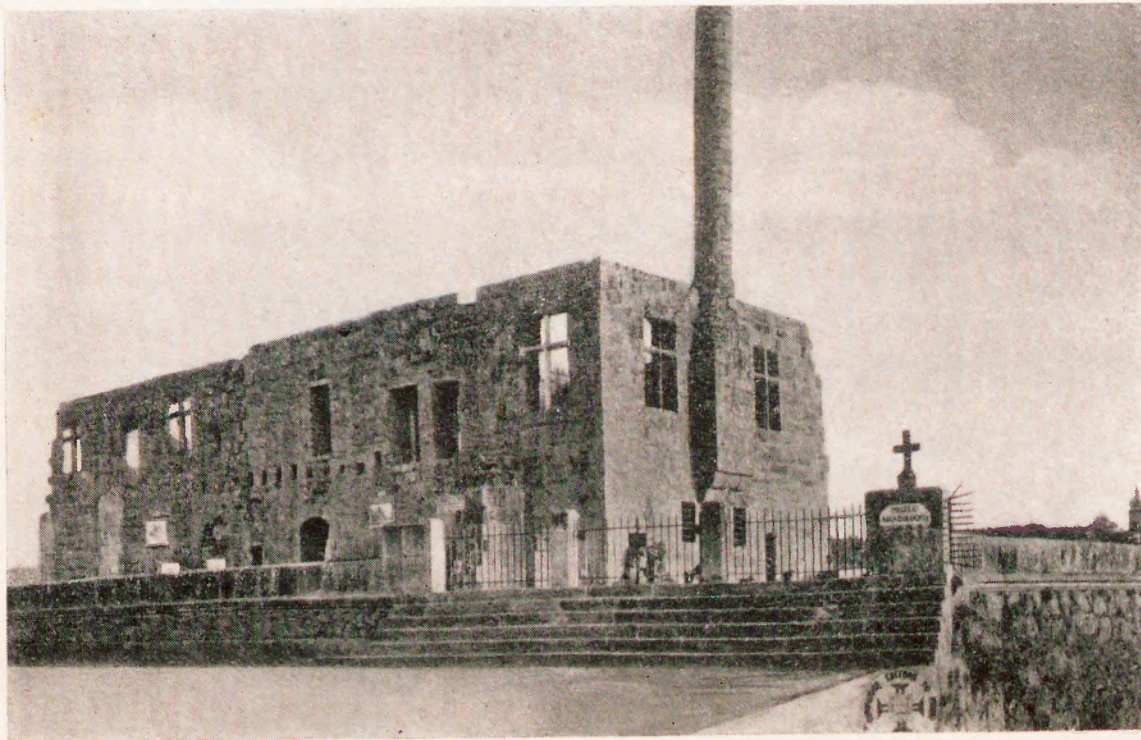


Fig. 27

Passo a expor as razões que me levaram a obter esta resposta.

As ruínas no estado em que se encontram, formam um conjunto incaracterístico e desgracioso, de paredes desmanteladas, justamente no centro da panorâmica mais bela de Barcelos, sem utilidade prática razoável.

Instalaram ali, em más condições, um museu arqueológico, distribuindo à sua volta, no seu interior e até pelas paredes, pedras e mosaicos recolhidos dos mais diversos pontos do concelho, chegando, por vezes, a duvidar-se se são peças que para ali trouxeram ou se faziam parte do próprio Paço.



Fig. 28

Embora escasseiem as descrições e gravuras do paço, consegui reunir alguns elementos, que, se não no-lo mostram em todos os seus pormenores, permitem-nos fazer uma ideia, bastante aproximada, do seu conjunto primitivo.

Seria, depois, possível dar ao Paço uma finalidade condigna.

PROJECTO

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Tem em vista o presente trabalho o restauro do Paço dos Condes-Duques de Barcelos, em Barcelos, naquilo em que é possível fazê-lo.

A sua planta, nos corpos demolidos, foi determinada em parte pelos alicerces existentes; noutra, pela descrição das « Memórias Paroquiais » que atrás transcrevo, que, dando as dimensões da torre, nos determinam a posição da parede do corpo Sul; e noutra, o corpo Norte, pelos arranques existentes. Para este corpo, na impossibilidade de encontrar o alicerce da parede voltada a Matriz, por aí terem aberto uma Rua que passava a um nível inferior e posteriormente voltaram a aterrar, servi-me das dimensões do projecto do Architecto Korrodi, que conheceu bem o terreno antes das obras da mesma Rua.

Quanto aos alçados, procurei estudá-los de harmonia com as paredes que estão de pé e com gravuras e fotografias antigas que consegui.

Para os seus interiores servi-me dos elementos fornecidos por gravuras que reproduzem interiores daquela época.

A sua cobertura, com a inclinação mais usada, era em telha romana, pelo que me disseram algumas pessoas que aí fizeram escavações e como se deduz da medição feita em 1609, que transcrevo na página 20.

Servi-me, por isso, para a cobertura da telha usada no restauro do Paço de Guimarães, que, mais prática e mais leve, dá no conjunto o aspecto da romana.

Os pavimentos do 1.º Piso, com excepção do corpo Norte que é de tijoleira e do da entrada Sul em cantaria rusticada, são em cantaria à fiada, pois ainda lá existe um nessas condições.

Os do 2.º Piso estudei-os para serem feitos em madeira por o terem sido nesse material, embora hoje se pudessem fazer em cimento revestido-os, depois, a madeira pela parte de baixo e a mosaico pela de cima, o que não modifica o seu aspecto pela face de baixo, e terá de ser feito no caso do Paço ser utilizado, por exemplo, para biblioteca ou museu.

Estudei também os serviços higiénicos que, embora não tivessem existido, hoje se tornam indispensáveis, seja qual fôr a finalidade a dar ao Paço.

As portas, portadas e vitrais e respectivas ferragens, foram estudadas de acordo com os elementos fornecidos por diferentes livros e, duma maneira especial, o « Dictionaire Raisonné ».

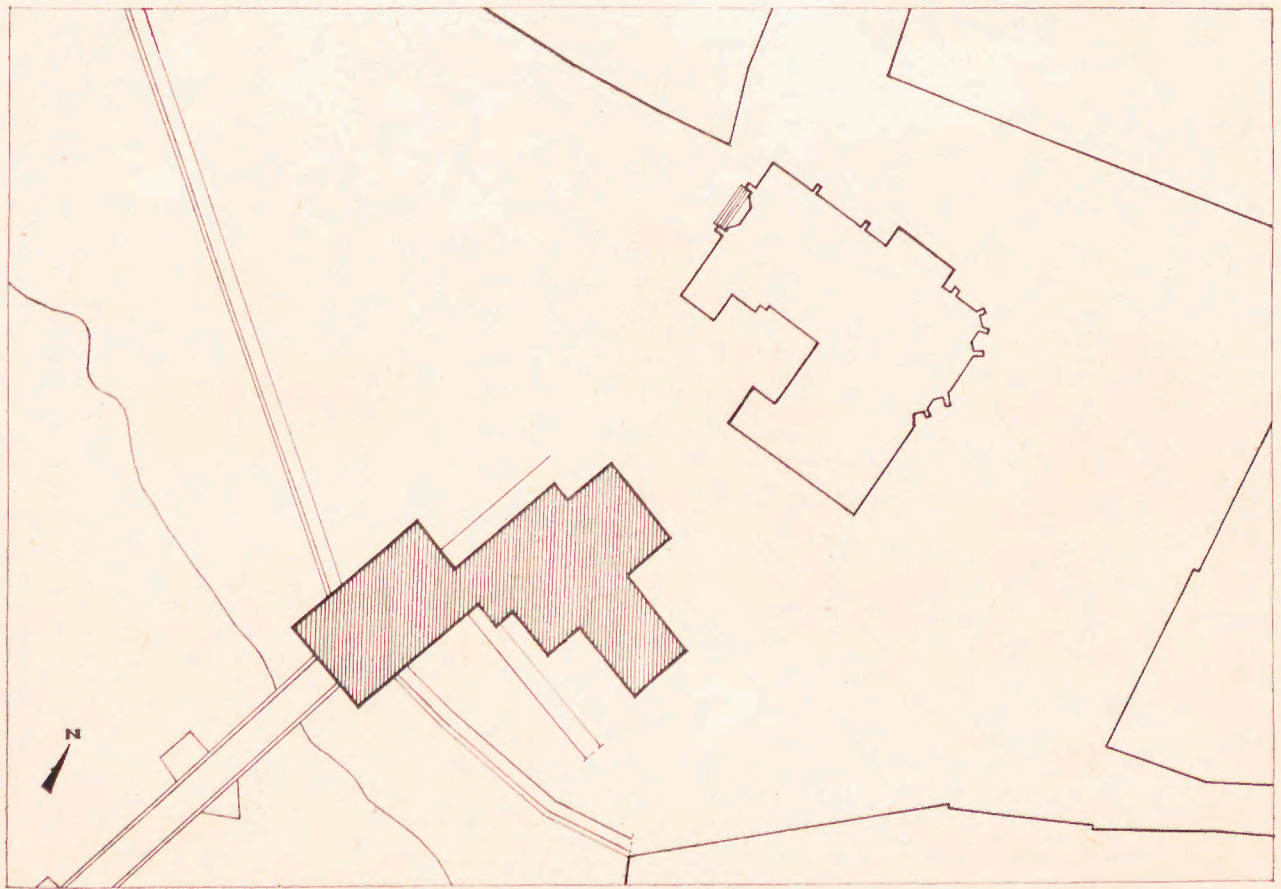
As caleiras eram em granito, como ainda se pode ver numa das paredes existentes. Embora tivessem as ligações tomadas a chumbo, prestavam-se a infiltrações de humidade. Procurei, por isso resolve-las da maneira mais conveniente a evitar esse inconveniente.

Os remates das chaminés e telhados foram estudados de harmonia com os desenhos de Duarte Darmas e alguns castelos franceses.

Em todos os pormenores que desconhecia procurarei fazê-los da forma mais simples.

Não projectei o restauro da Torre porque dela só restam os alicerces e teria, portanto, de ser inteiramente nova, além de dificultar o trânsito não poderia ser reconstruída sem apelar a murlha actual.

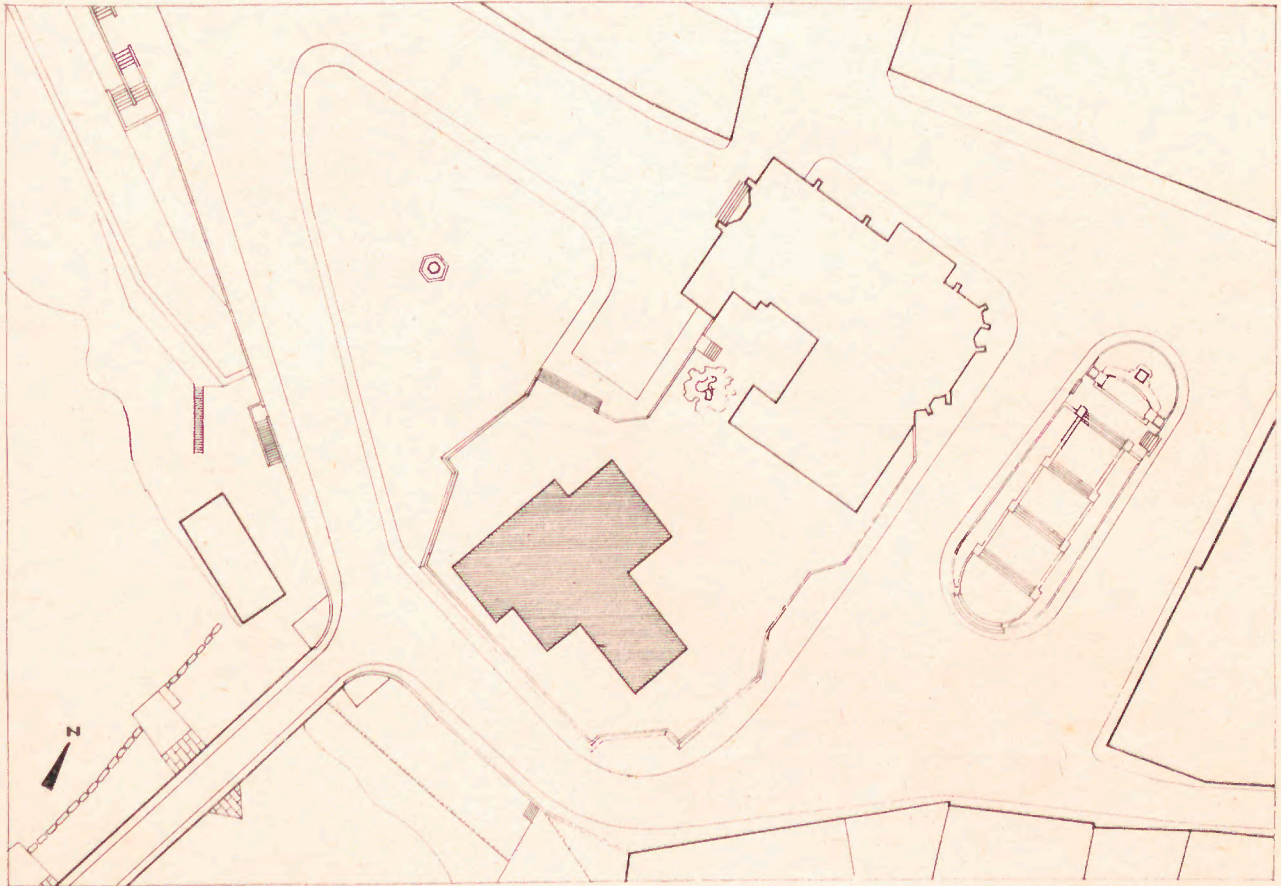
O restauro do Paço, segundo o orçamento que fiz, fica por novecentos e sessenta contos.



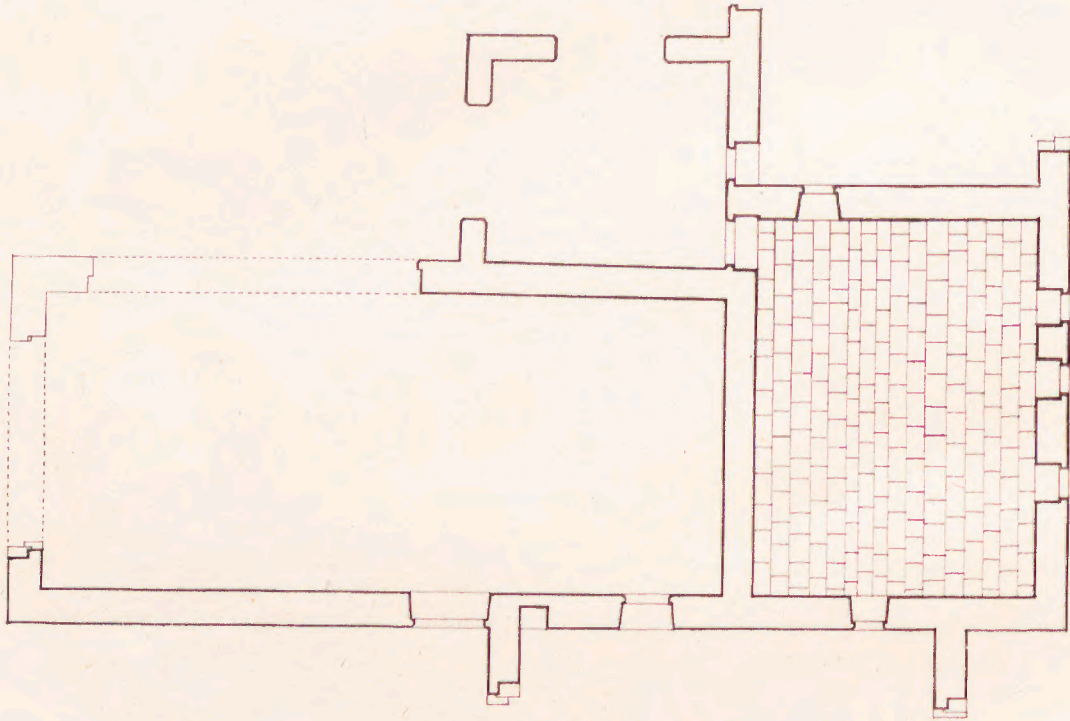
PLANTA TOPOGRAFICA — PRIMITIVA — ESCALA 1:1000



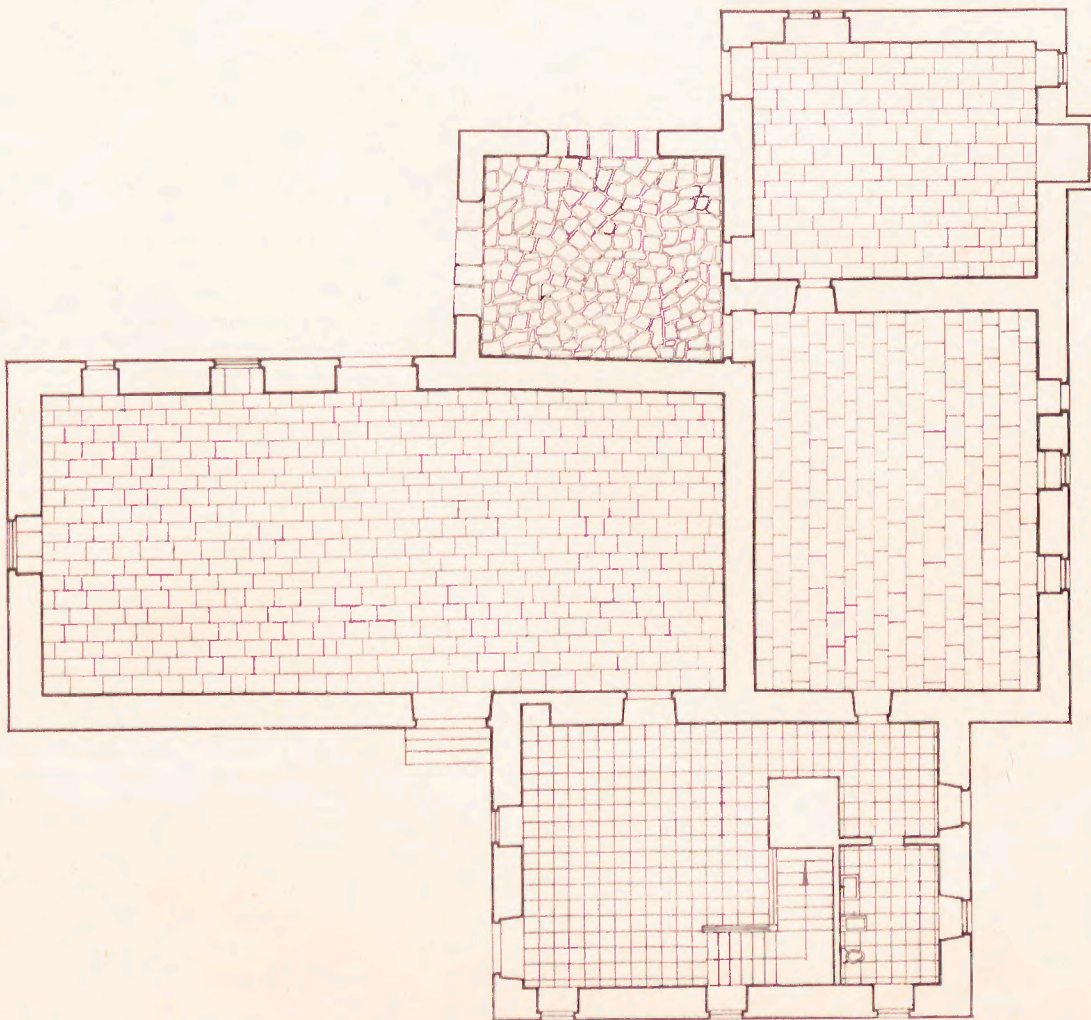
PLANTA TOPOGRAFICA — EXISTENTE — ESCALA 1:2000



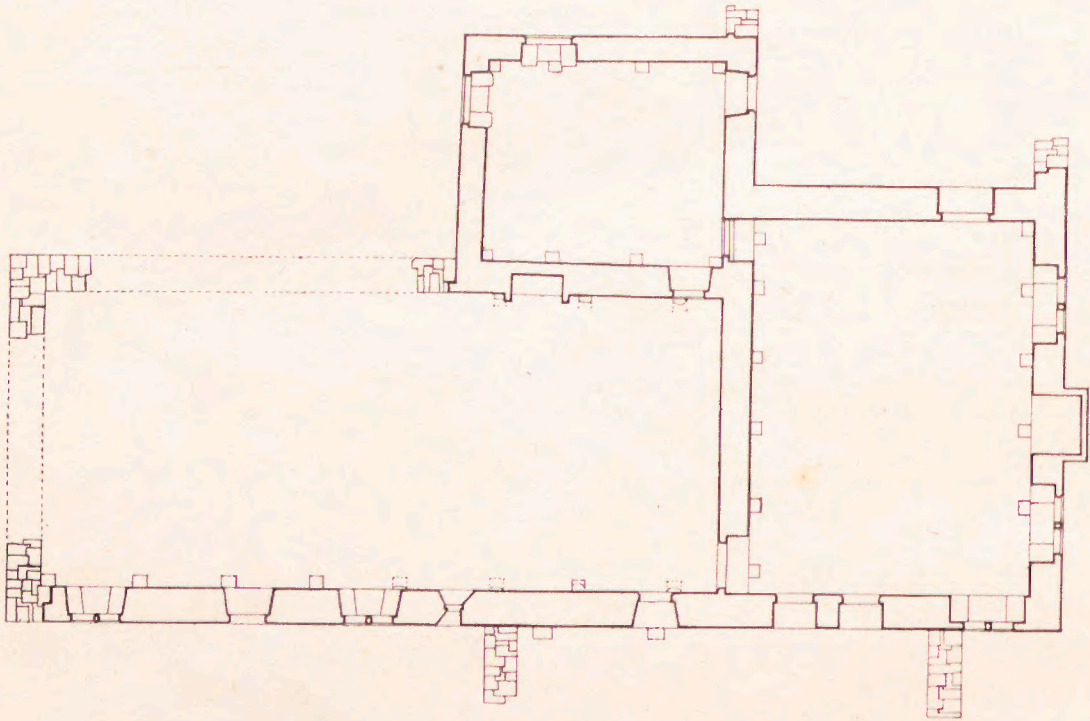
PLANTA TOPOGRÁFICA — PROJECTADA — ESCALA 1:1000



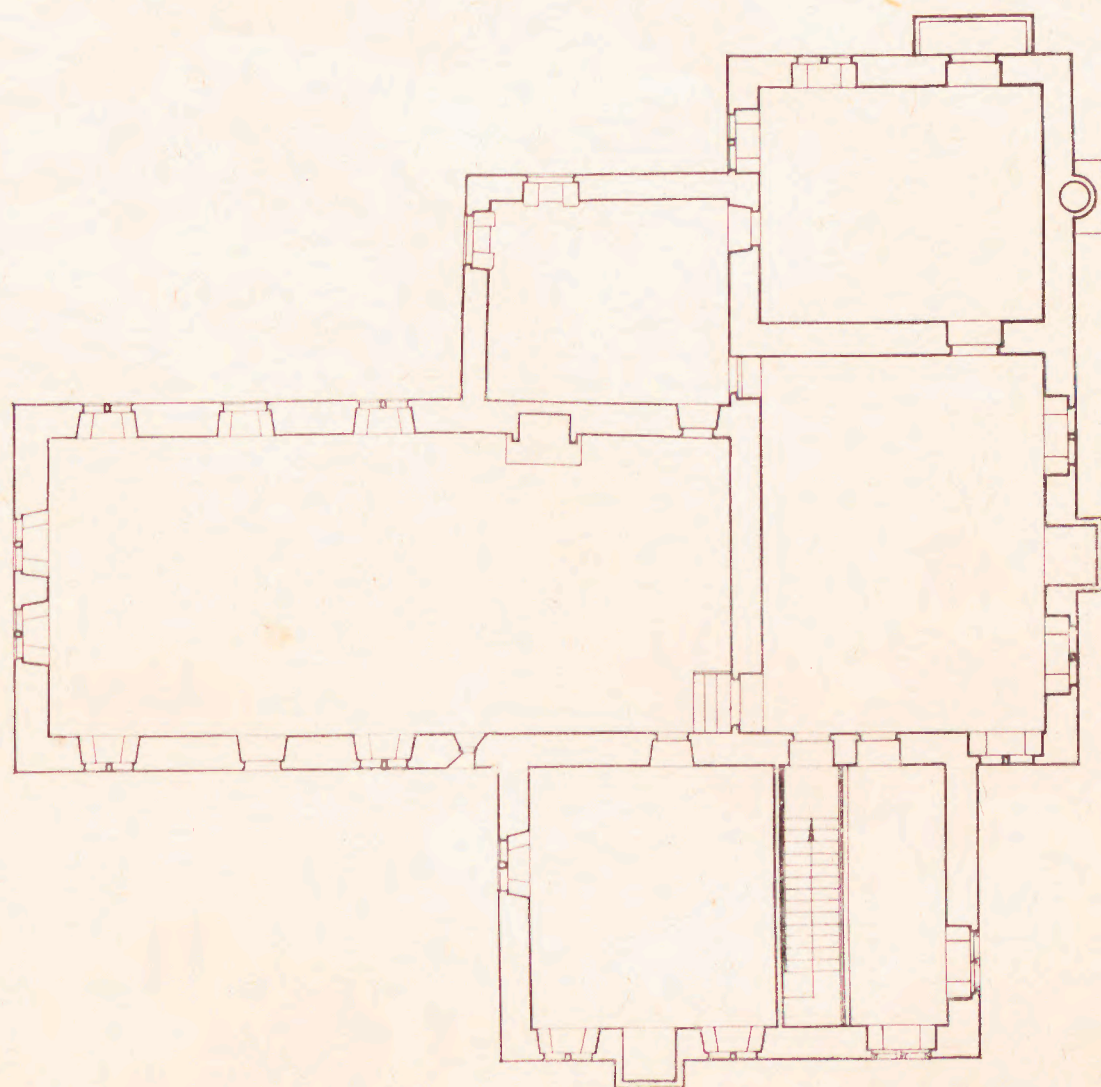
PLANTA DO REZ-DO-CHÃO — EXISTENTE — ESCALA 1:200



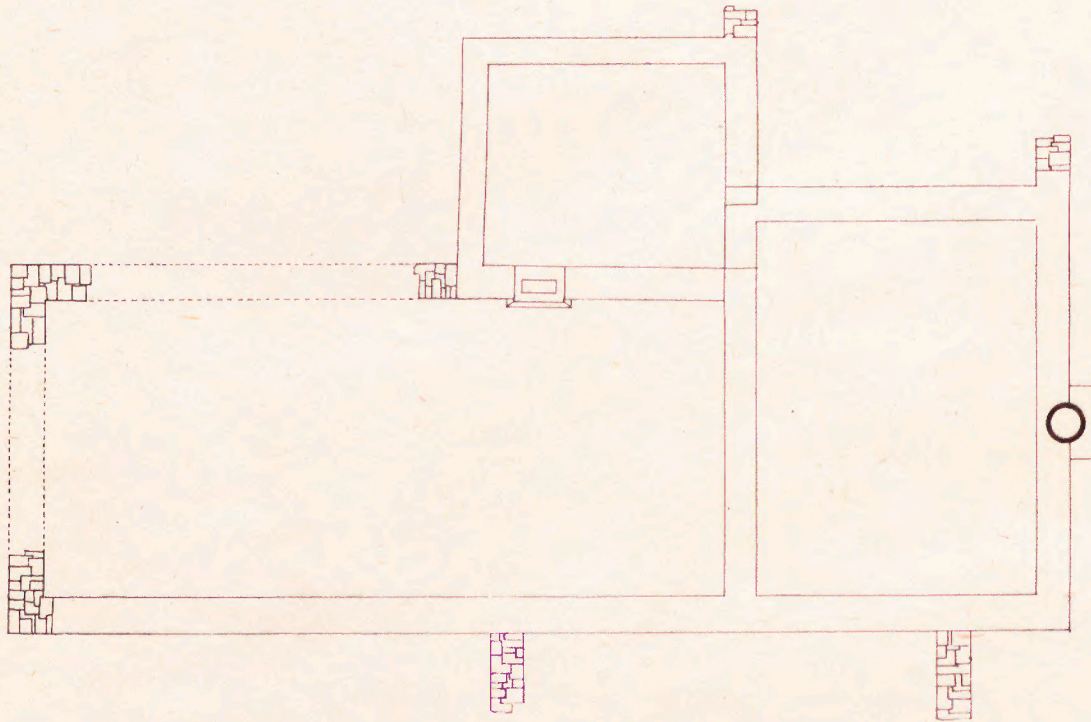
PLANTA DO REZ-DO-CHÃO — PROJECTADA — ESCALA 1:200



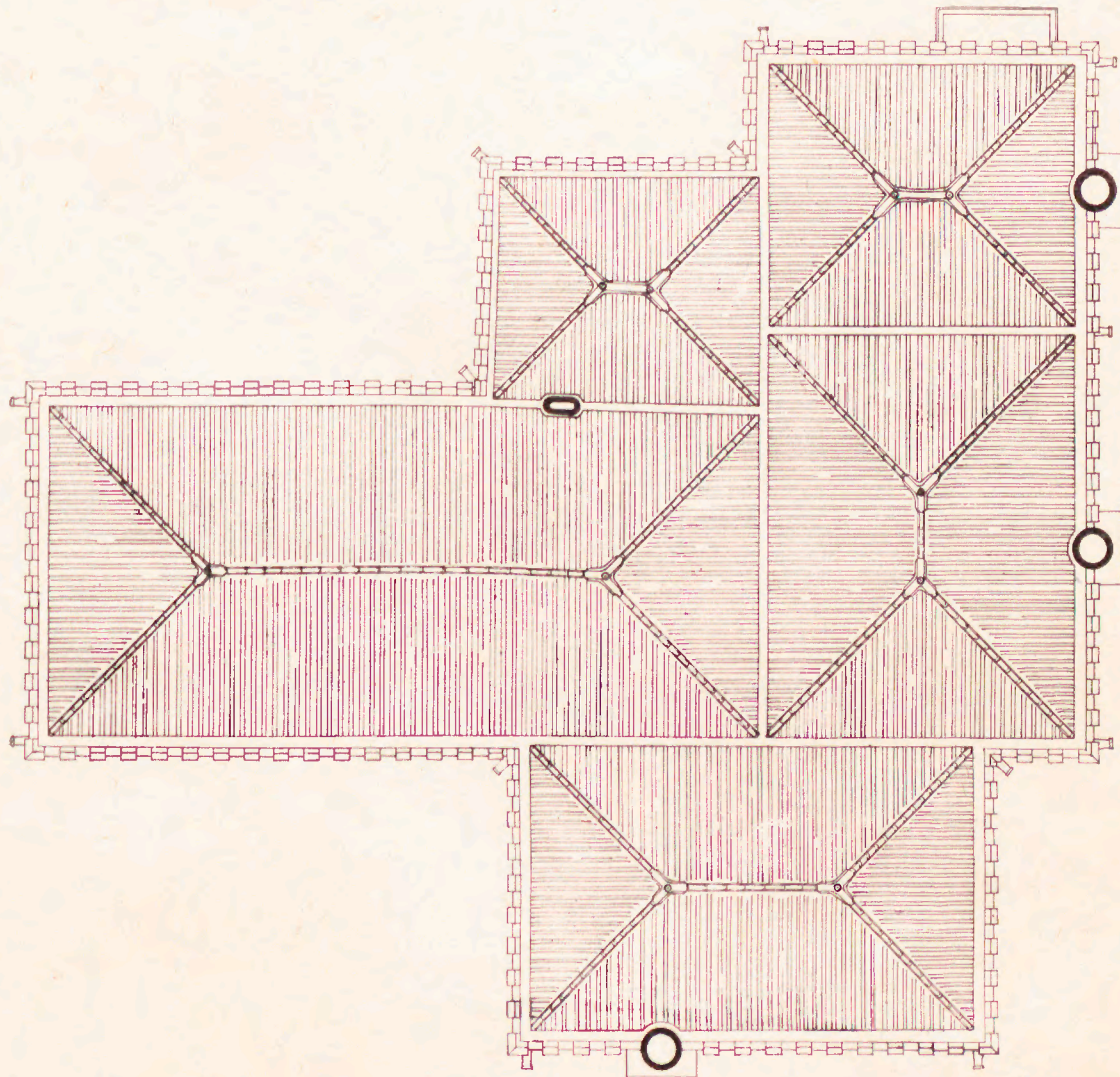
PLANTA DO ANDAR ——— EXISTENTE ——— ESCALA 1:200



PLANTA DO ANDAR ——— PROJECTADA ——— ESCALA 1:200



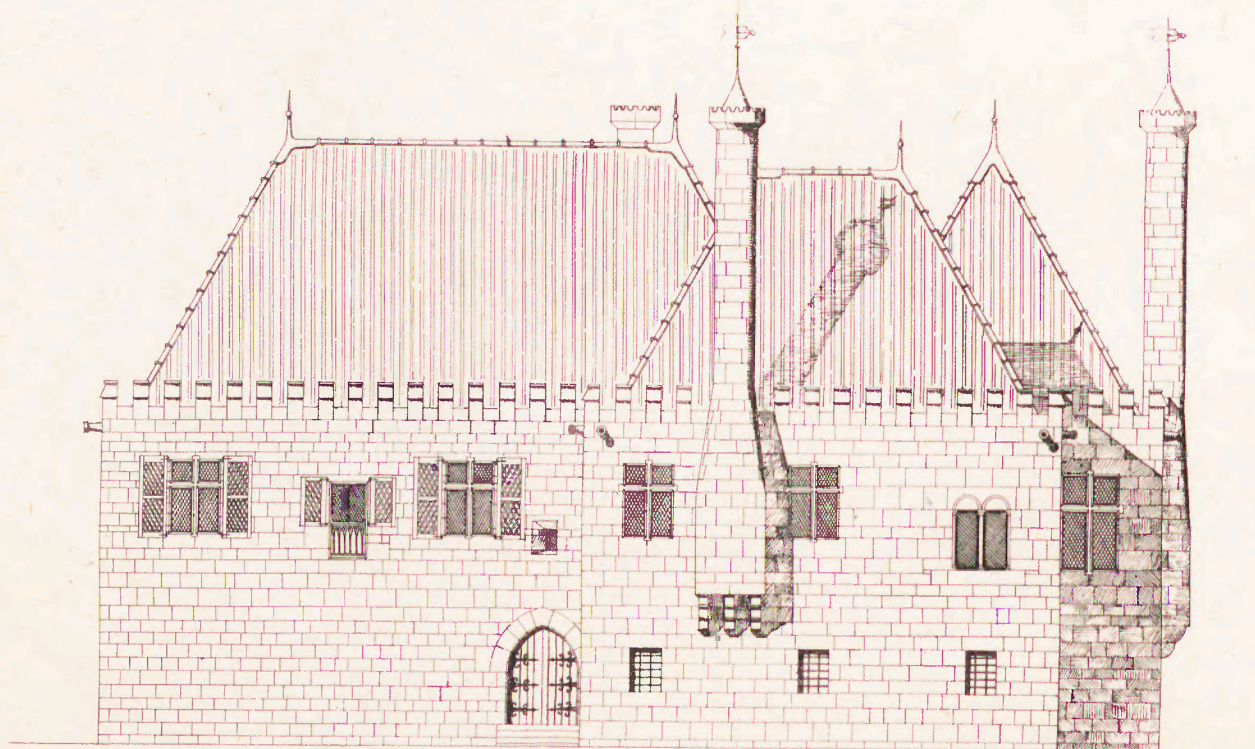
PLANTA AO NÍVEL DOS TELHADOS — EXISTENTE — ESCALA 1:200



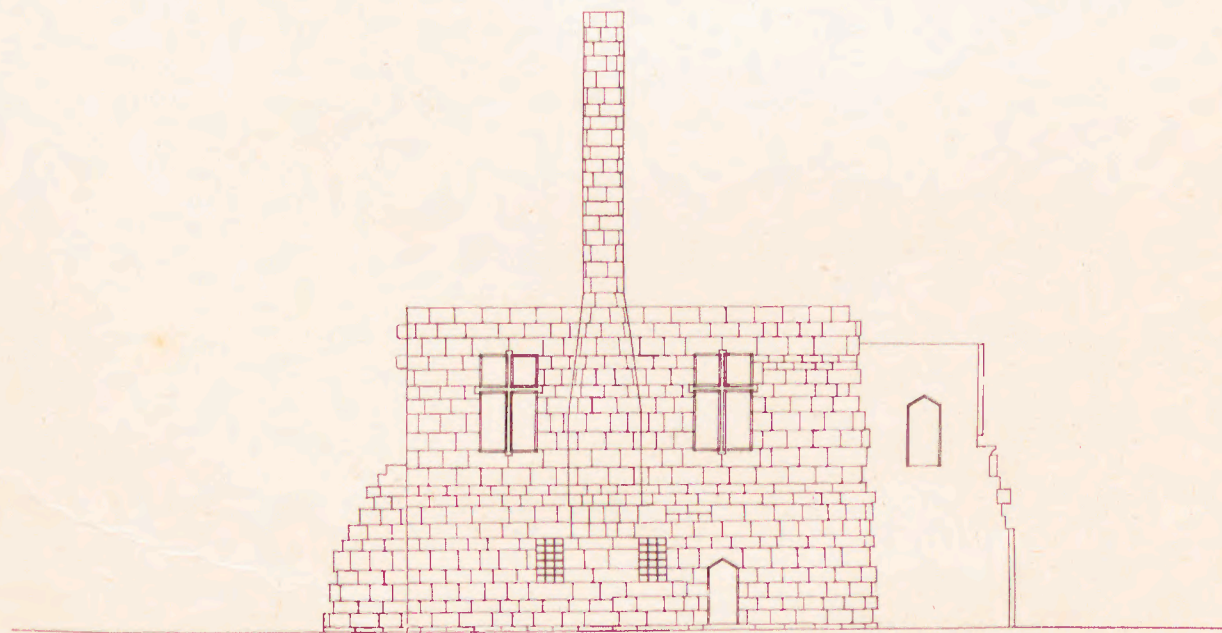
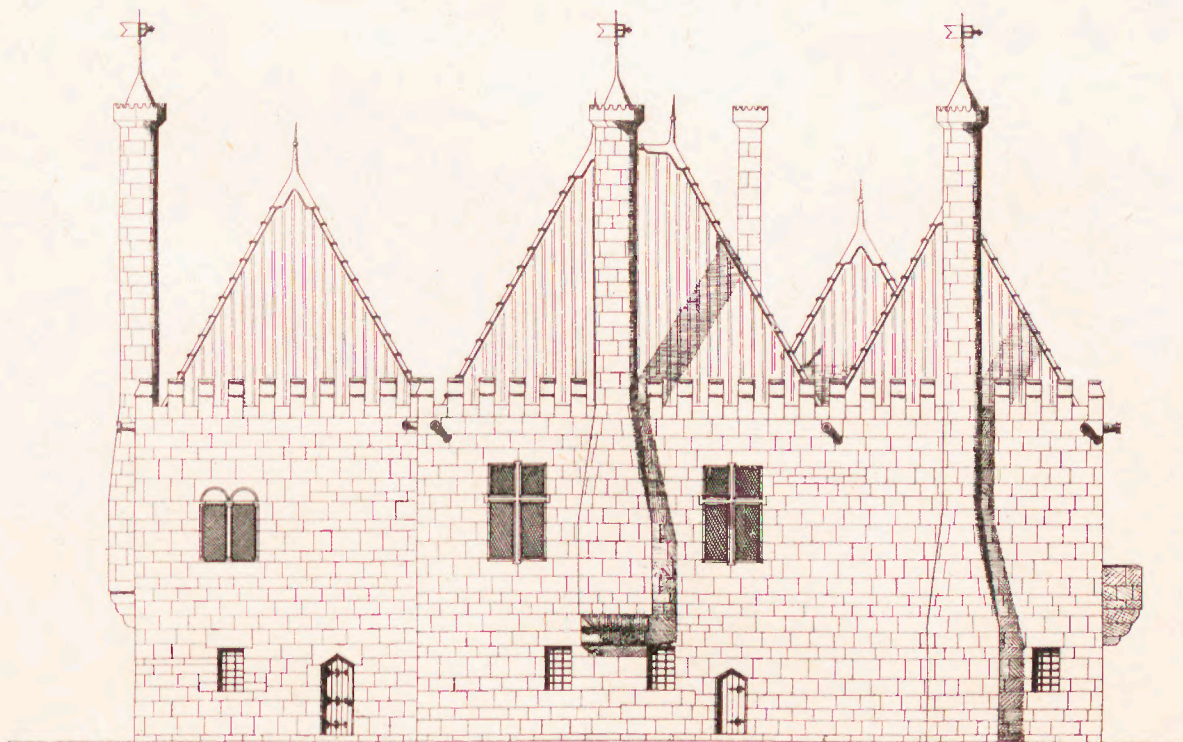
PLANTA DOS TELHADOS

PROJECTADA

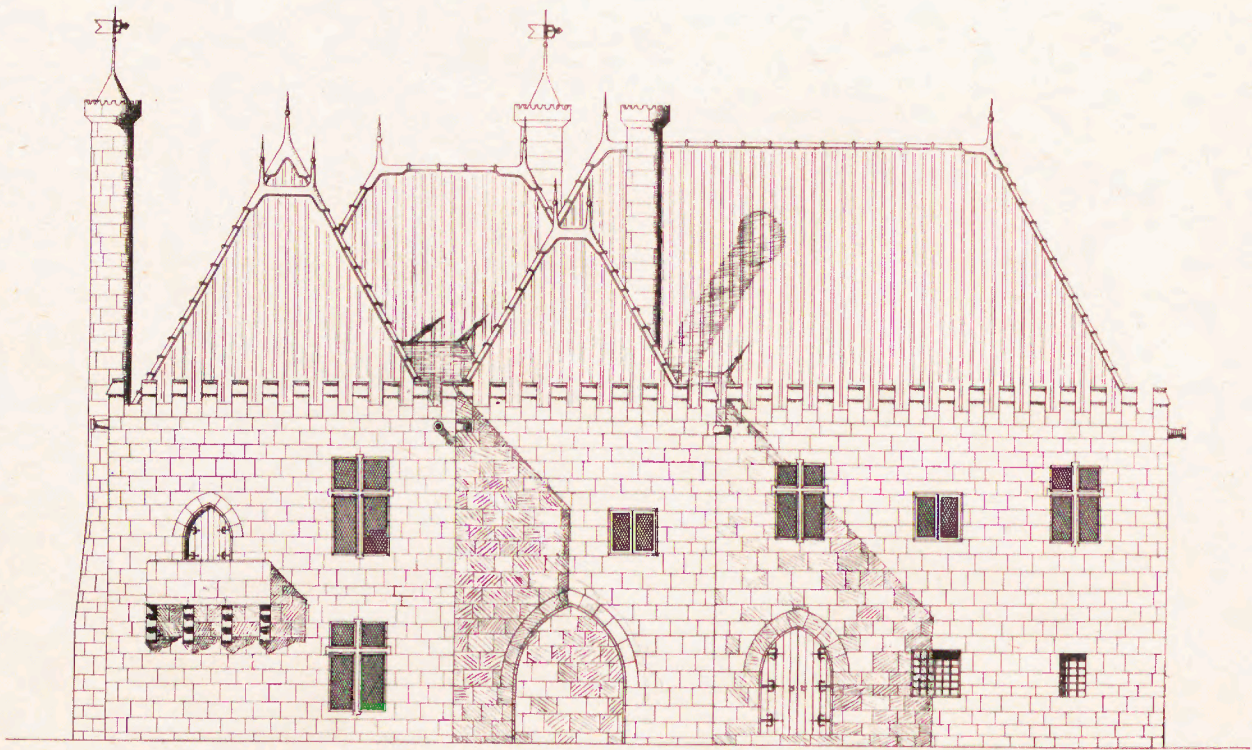
ESCALA 1:200



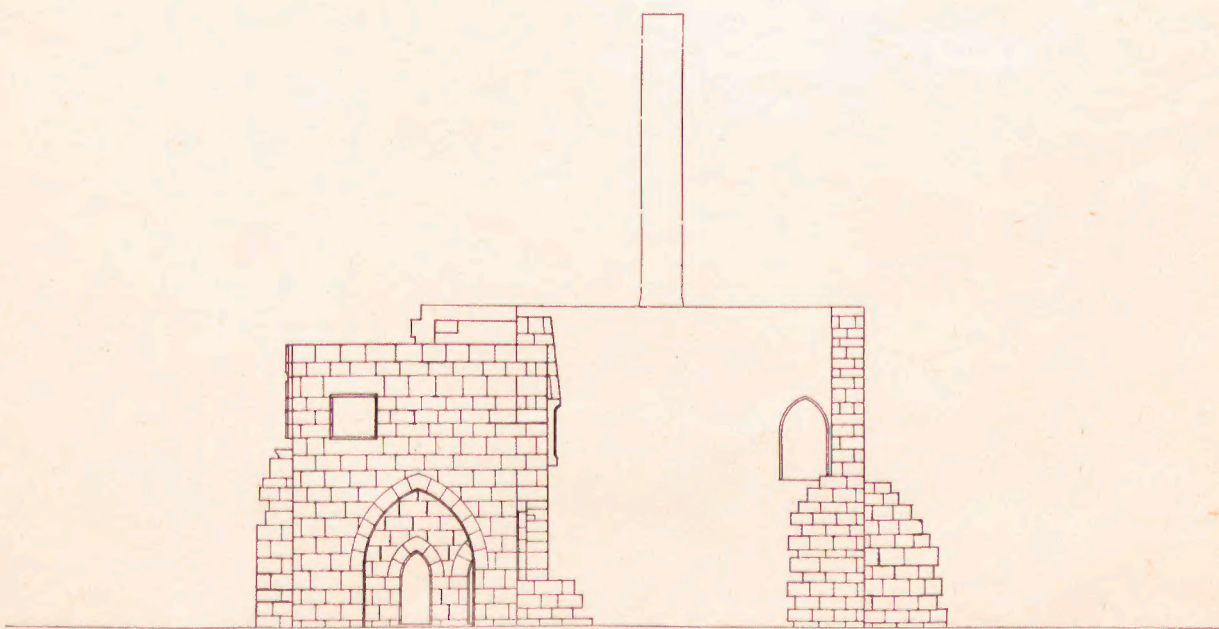
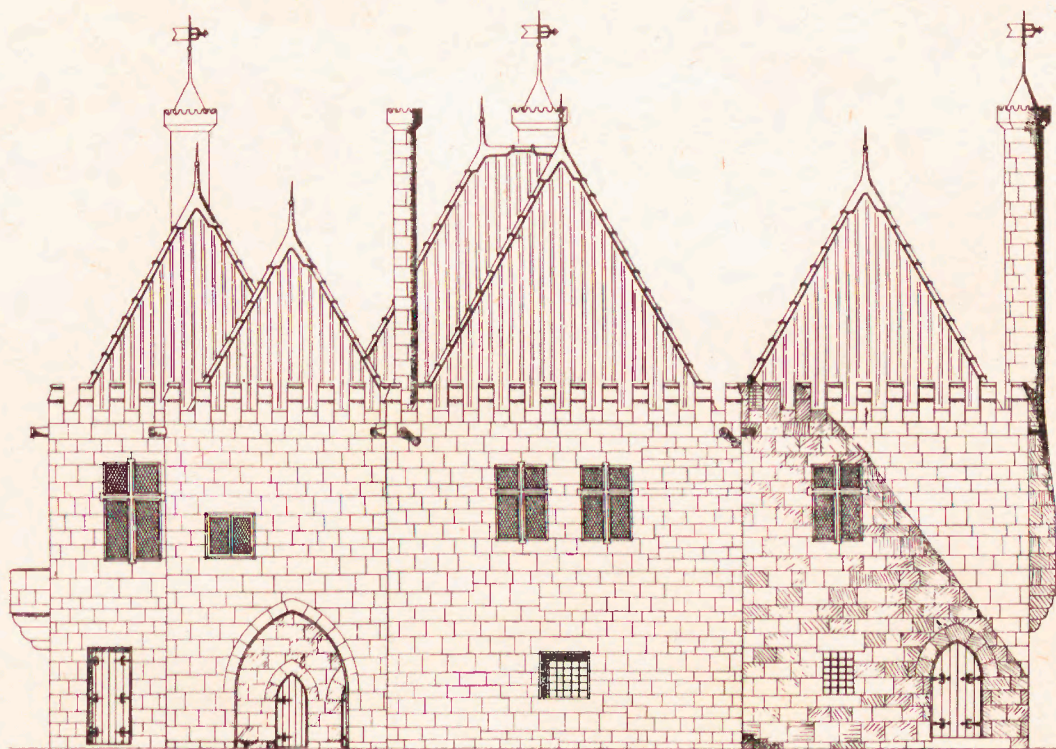
ALÇADO NORTE ——— PROJECTADO E EXISTENTE ——— ESCALA 1:200



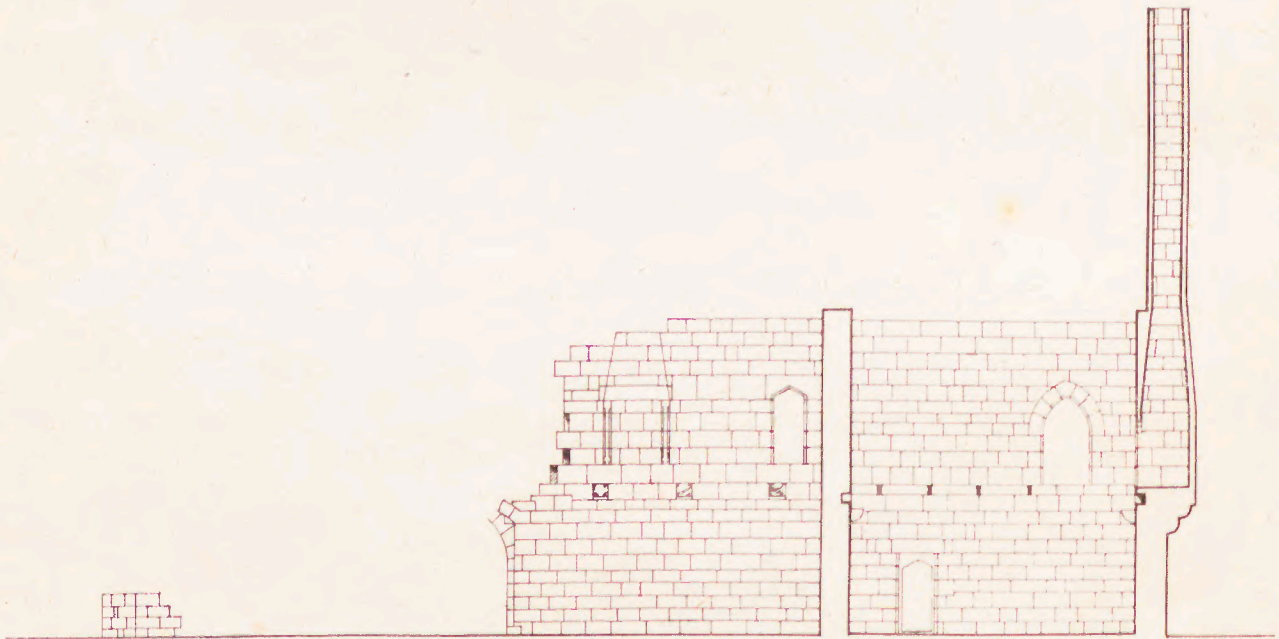
ALÇADO POENTE — PROJECTADO E EXISTENTE — ESCALA 1:200



ALÇADO ^{SUL} ~~NORTE~~ — PROJECTADO E EXISTENTE — ESCALA 1:200



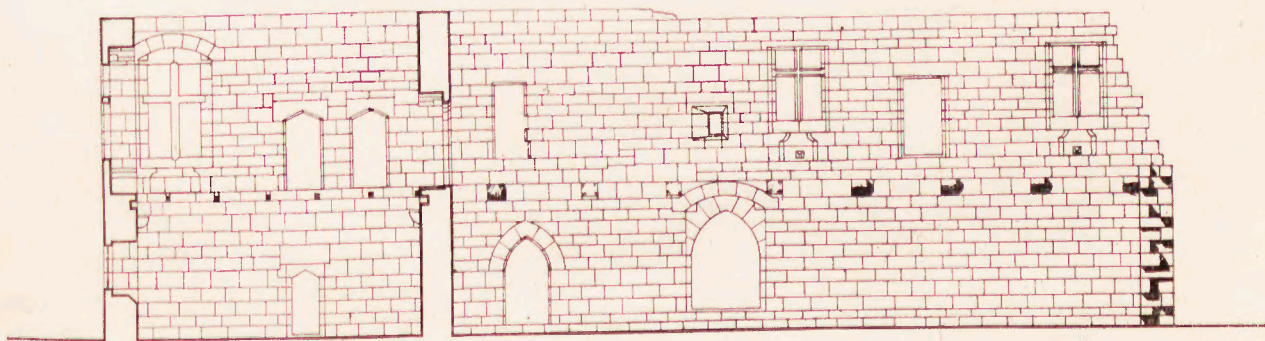
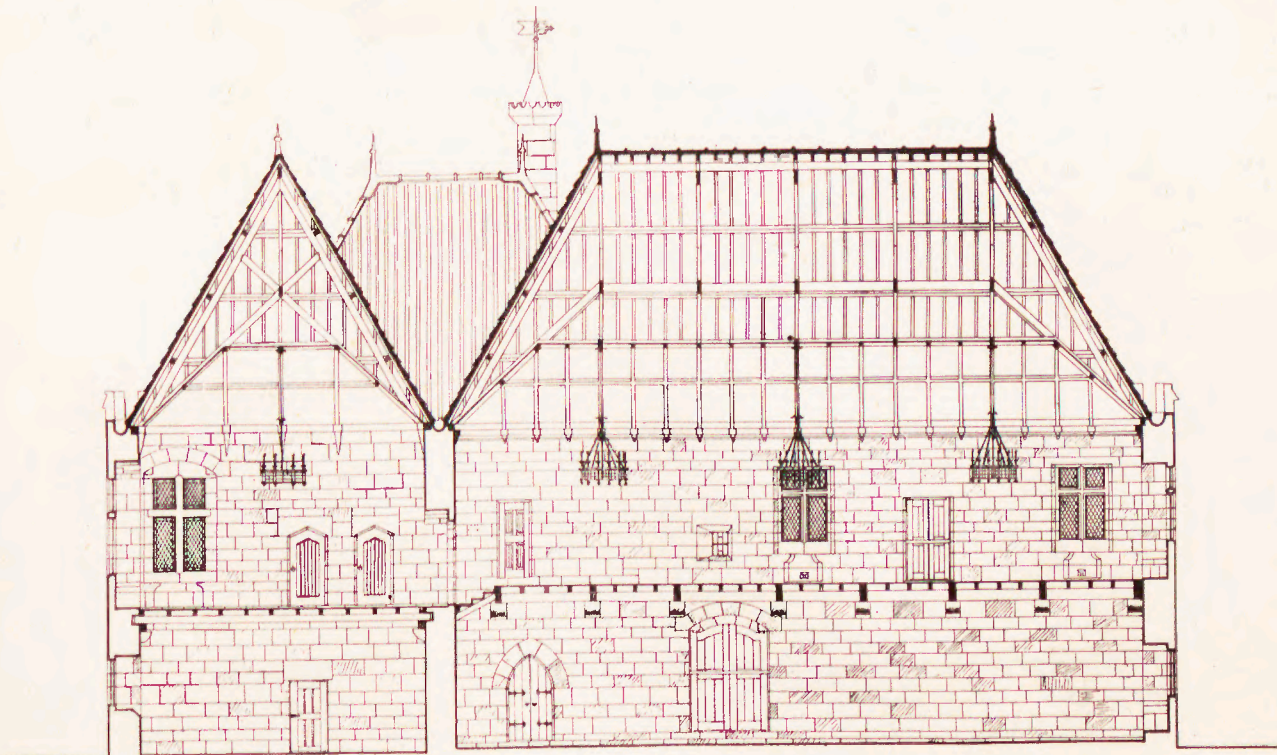
ALÇADO NASCENTE — PROJECTADO E EXISTENTE — ESCALA 1:200



CORTE NASCENTE-POENTE

— PROJECTADO E EXISTENTE

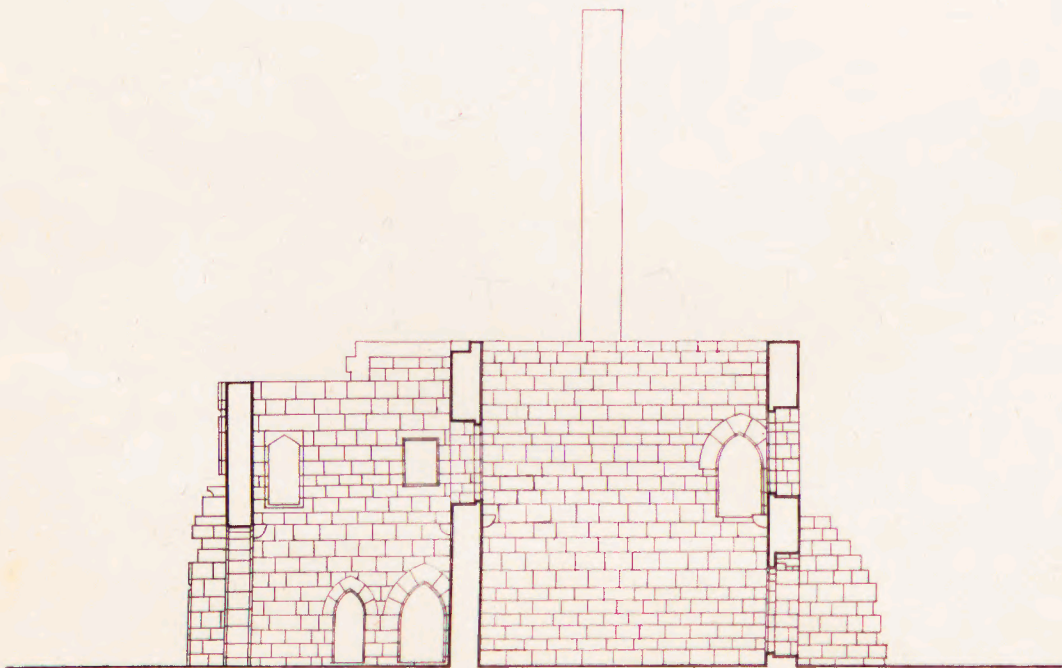
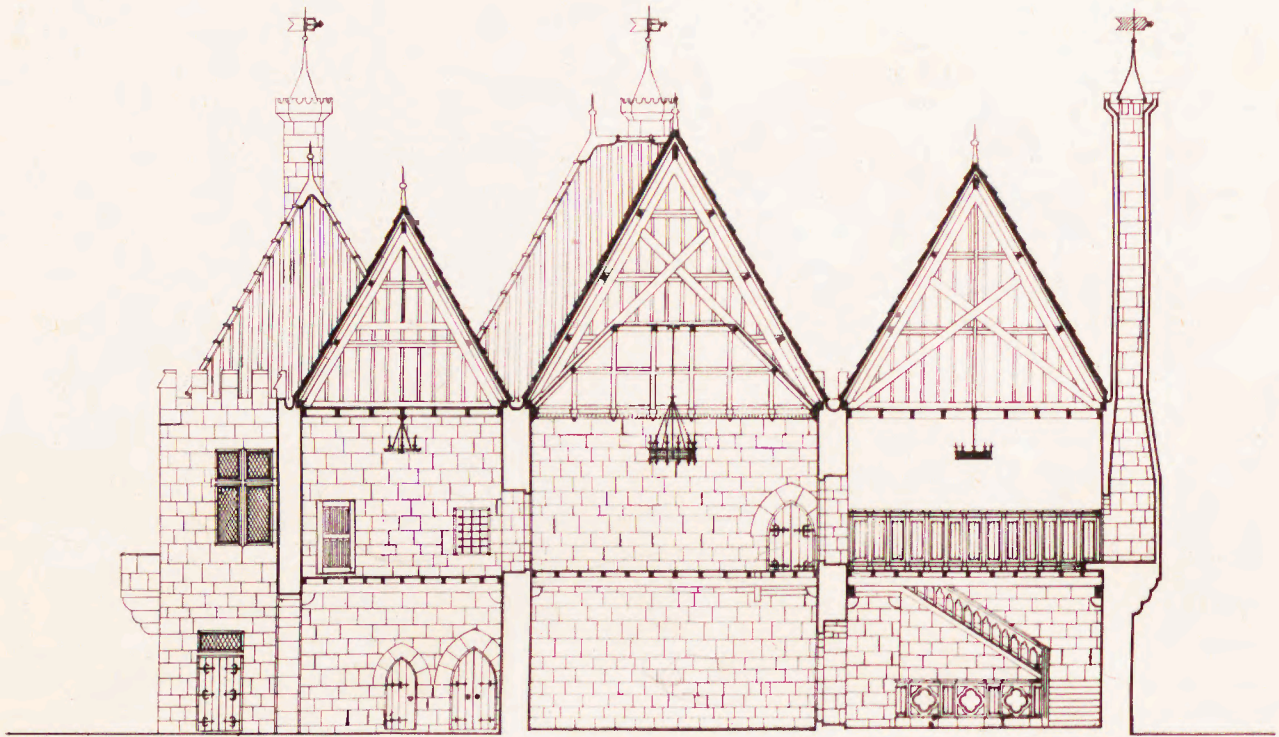
— ESCALA 1:200



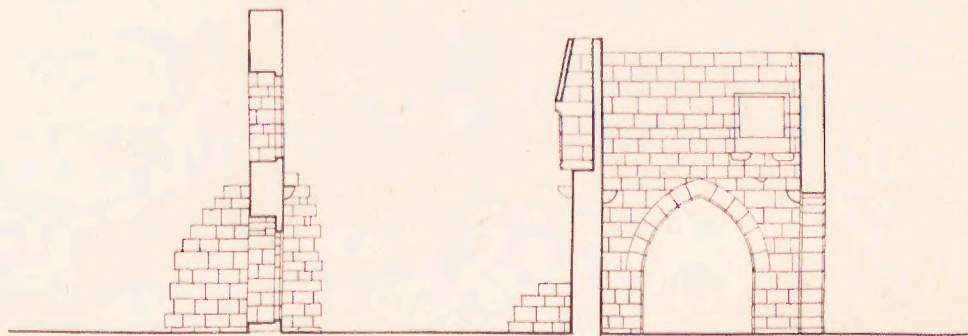
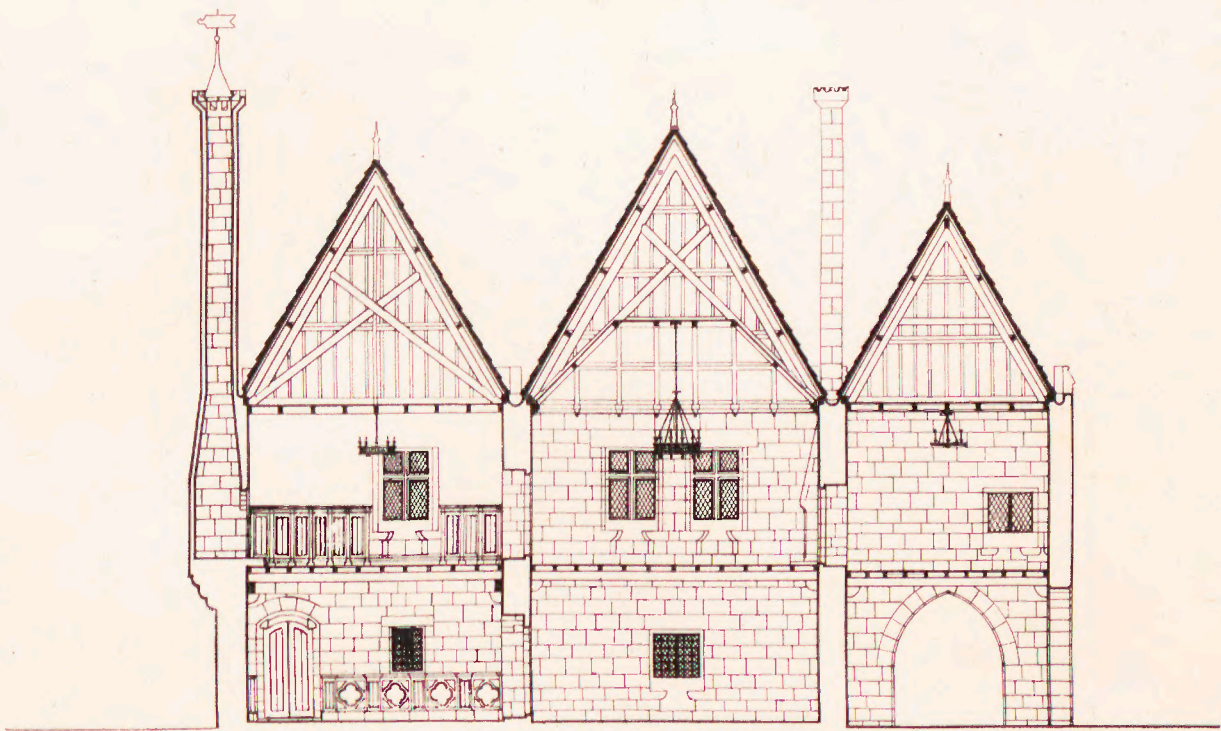
CORTE POENTE-NASCENTE

— PROJECTADO E EXISTENTE —

ESCALA 1:200



CORTE SUL-NORTE — PROJECTADO E EXISTENTE — ESCALA 1:200



CORTE NORTE-SUL — PROJECTADO E EXISTENTE — ESCALA 1:200

Í N D I C E G E R A L

	Págs.
Prefácio	7
O Fundador do Paço de Barcelos	9
Estudo histórico do Paço	17
Projectos de restauro	27
Alguas considerações sobre a habitação na época gótica	29
Pode o Paço dos Duques de Barcelos ser restaurado ?	31
Projecto	33
Memória Descritiva e Justificativa	34

ÍNDICE DAS FIGURAS

- Fig. 1 — Desenho de Duarte Darmas, de 1505, no *Livro das Fortalezas*.
- Fig. 2 — Desenho de António Augusto Pereira, feito em 1856 por um outro de seu pai, Manuel Luís Pereira Barcelos, existente no Palácio Ducal de Vila Viçosa. Cliché do Museu de Arte Antiga de Lisboa.
- Fig. 3 — Desenho de Catenaci, feito em 1861, por uma fotografia de M. Seabra, publicado na revista *Le Tour du Monde* de 1 de Setembro de 1861, pág. 276. Cliché do autor.
- Fig. 4 — Desenho de Henrique Pousão, feito em 1872, quando este tinha 13 anos, publicado na revista *Museu*. Cliché de Silva Gajo.
- Fig. 5 — Desenho publicado em 1876 na *Formosa Lusitânia* de Lady Jackson, tradução de Camilo Castelo Branco. Cliché do autor.
- Fig. 6 — Oleogravura de E. Casanova,
- Fig. 7 — Quadro a óleo pertencente aos herdeiros do Sr. Dr. Gaspar da Costa Leite, do Porto. Cliché do autor.
- Fig. 8 — Pintura de um prato. Cliché de Silva Gajo.
- Fig. 9 — Fotografia antiga pertencente ao Museu Nacional de Soares dos Reis.
- Fig. 10 — Pedra d'armas do antigo edificio da Câmara de Barcelos em que figura como uma das principais peças a torre do Paço. Desenho do autor.
- Fig. 11 — Gravura publicada no *Almanach Bertrand* de 1922, pág. 25. Cliché de Silva Gajo.
- Fig. 12 — Fotografia antiga. Cliché reproduzido por Silva Gajo.
- Fig. 13 — Fotografia de Silva Gajo.
- Fig. 14 — » » » »
- Fig. 15 — » » » »
- Fig. 16 — Desenho da capa do livro *Quadros Minbotos*. Cliché de Silva Gajo.
- Fig. 17 — Fotografia antiga (1885). Reprodução fotográfica de A. Soucasaux.
- Fig. 18 — Vista panorâmica de Barcelos em que se vê o conjunto formado pelos cinco monumentos: Solar dos Pinheiros. Igreja Matriz (antiga Colegiada), Paço, Pelourinho e Ponte. Cliché do autor.
- Fig. 19 — Projecto do Architecto Ernesto Korrodi,
- Fig. 20 — » » » » »
- Fig. 21 — » » » » »
- Fig. 22 — » » » » »
- Fig. 23 — Paço dos Duques de Guimarães. Cliché do autor.
- Fig. 24 — Paço dos Duques de Guimarães. Cliché do autor.
- Fig. 25 — Paço de D. Loba em Sernancelhe.
- Fig. 26 — Solar dos Pinheiros em Barcelos. Cliché do autor.
- Fig. 27 — Aspecto actual do Paço.
- Fig. 28 — Aquarela de M. Tavares.

B I B L I O G R A F I A

Além das obras citadas no texto, consultei, entre outras, mais as seguintes :

- Anselmo Braancamp Freire, *Brazões da Sala de Sintra*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921.
J. Oliveira Martins, *Vida de Nun'Alvares*, ed. de 1928.
» » » *Os Filhos de D. João I*, ed. de 1926.
F. Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, 1878.
Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História...*, ed. 1758.
1.º Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*.
Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno...*
B. Guerra Conde Júnior, *Os Duques de Bragança*.
A. A. Teixeira de Vasconcelos, *Le Portugal et la Maison de Braganee*, Paris, 1859.
F. A. F. Silva Ferrão, *Tractado sobre direitos e encargos da Serenissima Casa de Bragança*, Lisboa, 1852.
P.º Carvalho e Costa, *Corografia Portuguesa*.
M. Ferdinand Denis, *Portugal*, Paris 1846.
Henrique Schaefer, *História de Portugal*, continuada por J. P. Sampaio (Bruno).
João Ameal, *História de Portugal*, Lisboa, ed. popular.
M. Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, Lisboa, ed. popular.
Domingos Joaquim Pereira, *Memoria Historica da Villa de Barcellos ...*, Viana, 1867.
J. Mancelos e A. Soucasaux, *Barcelos*, 1927.
Fernanda de Matos e Cunha, *Notas Etnográficas de Barcelos*, Porto, 1932.
António de Villas Boas e Sampaio, *Nobiliarchia Portugueza*, 1727.
Frei Pedro de Poiares, *Panegirico em Louvor de Barcelos*, 1762.
A. M. Amaral Ribeiro, *Noticia descritiva de Bareelos*, 1866.
Antero de Faria, *Franqueira*, 1947.
Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, Barcelos, 1948.
Joaquim Leitão, *Barcelos*, Porto, 1908.
Manuscripto N.º 273 da Bibliotheca Pública do Porto.
João de Barros, *Geografia de Entre Douro e Minho e Traz-os-Montes*, ed. de 1919.
J. Anastácio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica*.
Jorge Braunio, *Theatrum Urbium*, 1572, na Bibliotheca Pública do Porro.
Aarão de Lacerda, *Historia da Arte em Portugal*.

- Aguiar Barreiros, *Elementos de Arqueologia e Belas-Artes*, Braga, 1917.
- Conde de Sabugosa, *O Paço de Sintra*, 1903.
- Raul Lino, *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, 1948.
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Castelos Medievais de Portugal*, Porto, 1943.
- Almeida D'Eça, *Castles of Portugal*, Lisboa, 1925.
- Albrecht Haupt, *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, Lisboa, s/d
- Leon Chateau, *Histoire et Caractères de L'Architecture en France*, Paris, 1864.
- Louis Gonse, *L'Art Gothique*, Paris, Maison Quantin.
- G. E. Street, *La Arquitectura Gotica en España*, Madrid.
- Hans Karlinger, *Arte Gótico*, Ed. Labor, Barcelona, 1932.
- Vicente Lampérez y Romea, *Historia de la Arquitectura Espanola en la Edad Media*, Ed. Espasa-Calpe, 1930.
- A. C. Pellicer, *El Renacimiento en Francia*, Barcelona, 1943.
- Marie Dormoy, *L'Architecture Française*, Paris, 1951.
- Ernest Rose, *Dictionnaire Raisonné D'Architecture*, Paris, 1877.
- Viollet-le-Duc, *Dictionnaire Raisonné*.
- Pijuan, *Historia del Arte*.
- José Rico de Estasen, *Castillos Espanoles*, Ed. Dalmáu Carles, Pla. S. A., Gerona.
- Marqués de Quintanar, etc., *Los Pazos Gallegos*, Vigo, 1928 e seguintes.
- Elias Pécaut e Carlos Baude, *A Arte*, Tradução de José Agostinho, Porto, 1934.
- Chateaux et Manoirs de France*, Ed. Vicent, Freal & C.e, Paris, 1934 a 1937, 9 vols.

ESTE TRABALHO,
DE QUE SE FEZ A TIRAGEM DE 250 EXEMPLARES,
ACABOU DE IMPRIMIR-SE
NO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 1954
(DIA DA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL)
NA TIPOGRAFIA PORTO MÉDICO, L.^{DA},
EM PAPEL NACIONAL
DA CASA CRUZ, SOUSA & BARBOSA, L.^{DA}
E COM GRAVURAS DE SIMÃO GUIMARÃES, F.^{OS}, L.^{DA}.

biblioteca
municipal
barcelos



6519

O paço dos Condes-Duques de
Barcelos